



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES ESTRATÉGICOS		
EVENTO: Reunião	Nº: 1367/13	DATA: 11/09/2013
INÍCIO: 15h14min	TÉRMINO: 17h33min	DURAÇÃO: 02h19min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h20min	PÁGINAS: 50	QUARTOS: 28

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

IBSEN PINHEIRO – Ex-Deputado Federal, Advogado, Jornalista, Promotor de Justiça e Procurador de Justiça.
--

SUMÁRIO: Debates sobre a reforma política.
--

OBSERVAÇÕES

Há orador não identificado em breve intervenção. Há expressão ininteligível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Colbert Martins) - Boa tarde a todos!

O Centro de Estudos e Debates Estratégicos contará com a participação do Deputado Ibsen Pinheiro, Parlamentar Constituinte e Presidente da Câmara dos Deputados de 1991 a 1992, atuante no debate da reforma política durante seu mandato parlamentar, principalmente na Legislatura de 2007 a 2010.

A apresentação enfocará propostas para alteração do sistema eleitoral que, segundo Ibsen Pinheiro, é ponto fundamental da reforma. Após a apresentação, haverá debate com os presentes a esta discussão.

Eu fico alegre em poder encontrar meu amigo e companheiro Ibsen Pinheiro, com cuja companhia eu tive a oportunidade de estar na Câmara dos Deputados e com quem pude aprender. Trata-se de uma figura que soube enfrentar os revezes mais duros da sua vida, mostrando sua inocência e sua capacidade e retornando à vida política, lembrava aqui Luiz Henrique, como Vereador em Porto Alegre logo após aquela série de acusações, as quais ele mostrou que não tinham qualquer fundamento, era caso apenas de um julgamento errado que foi feito à época.

O Deputado Ibsen Pinheiro preferiu não se candidatar nas últimas eleições, deixando uma lacuna importante aqui na Câmara dos Deputados, mas volta hoje para conversar um pouco conosco sobre a sua experiência, Constituinte que foi, neste momento em que estamos discutindo mudanças nas nossas legislações. E o Deputado Ibsen tem, com certeza, grande estofamento e conhecimento e, neste momento, a tranquilidade de quem conhece, conheceu e tem muito a nos mostrar, tem muito a nos oferecer com sua experiência.

Cumprimento o Secretário-Executivo Luiz Henrique Cascell; cumprimento os demais que aqui estão.

E vamos ouvir o nosso ex-locutor esportivo, Dirigente do Internacional?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Internacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Colbert Martins) - Dirigente do Internacional.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Não erre aí!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Colbert Martins) - Se eu errasse aqui, seria um drama. *(Risos.)* Esportista da melhor qualidade e um grande cidadão que fala para nós agora.

Com a palavra V.Sa.



O SR. IBSEN PINHEIRO - Quase como um aposto explicativo, hoje eu sou Presidente do Conselho Deliberativo do Internacional. Fui escolhido por unanimidade. Lembro que, no dia em que me elegi Presidente da Câmara, o Dr. Ulysses veio à fila de cumprimentos, e eu furei a fila ao contrário, furei da frente para trás e disse: *“Dr. Ulysses, estou furando a fila porque eu estou na cadeira que o senhor tanto dignificou”*. E ele me disse: *“É, mas eu nunca cheguei aí como você chegou, por unanimidade”*. *“Dr. Ulysses, o que lhe faz falta são os meus defeitos.”* (Risos.) É preciso ter algumas qualidades, mas alguns defeitos também para construir uma unidade em torno do nome da gente.

Fui Presidente desta Casa e hoje presido o Conselho Deliberativo do Internacional. É um cargo ótimo, porque, se ganhar, eu boto todas as faixas e, se perder, não fui eu. É o contrário da vida política: o culpado é sempre você.

Deputado Colbert Martins, é uma alegria reencontrá-lo e saudá-lo aqui nesta reunião, que envolve o nosso trabalho de agentes políticos, mas tem a capacidade de envolver o nosso lazer também. Não conheço um momento mais rico para um agente político, que vai além de titulares de mandato. Agente político é quem se considera capaz de contribuir para mudanças, de preferência para melhor. (Risos.) Deputado Colbert, meu abraço. Secretário Luiz Henrique Cascelli, quero cumprimentá-lo também e, através do seu nome, saudar todos os quadros de assessoria da Câmara.

Fui testemunha presencial, durante muito tempo nesta Casa, da qualidade dos servidores públicos, qualidade que decorre não só do preparo, que eu diria é uma obrigação, mas também da dedicação, do interesse e da capacidade de se doarem além da mera observância do horário ou das obrigações. Percebo isso nos servidores desta Casa, especialmente naqueles que, pela dedicação, chegam à elite funcional.

Quando me chegou esse convite, através de um *e-mail* do Lúcio, pude desde logo buscar um espaço na minha agenda, porque é esta Casa e porque é este assunto. Gosto de falar sobre isso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Colbert Martins) - Presidente Ibsen, me permite interrompê-lo?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Pois não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Colbert Martins) - Até por um dever de justiça. Eu substituo neste momento o Presidente Inocêncio Oliveira, que não está aqui por razões de saúde, mas pediu que eu lhe transmitisse um abraço muito forte e afetuoso também. Ele está afastado momentaneamente e deverá retornar na próxima semana. Eu tive a honra de poder, substituindo-o no dia de hoje, poder tê-lo conosco aqui.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Então, faça-me o favor de levar de volta um abraço muito caloroso ao Deputado Inocêncio Oliveira, com quem convivi em Plenário. Na Mesa, na minha gestão, ele era... Primeiro Vice ou Secretário?

O SR. UBIRAJARA FORMIGA - Vice-Secretário.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Primeiro Secretário. O Primeiro Vice era um mineiro do PMDB.

O SR. UBIRAJARA FORMIGA - Adylson Motta.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Não, isso foi na seguinte.

O SR. UBIRAJARA FORMIGA - Homero Santos.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Não, já é no TCU.

O SR. UBIRAJARA FORMIGA - Genésio Bernardino.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Genésio Bernardino, 1º Vice; 2º Vice, Waldir Pires. Passou a hora da saudade. (*Riso.*) Vamos cuidar do presente, que tem bastante matéria instigante.

A reforma política é uma forma sintética de procurar definir reforma política, reforma eleitoral, reforma do Estado, porque ela vai desde a mais singela sugestão até a mais profunda das mudanças pretendidas, envolvendo o próprio aparelho de Estado e envolvendo mecanismos que, além da viabilidade política, exigem o exercício dos meios regimentais, legais e constitucionais.

Eu acho que a necessidade da reforma política nos dispensa da crítica do atual modelo, ou pelo menos da especificação dos vícios, todos eles do atual modelo, porque a consciência da necessidade da mudança é o melhor atestado de que o modelo atual se esgotou. Eu pretendo dedicar muito pouco tempo à crítica do atual modelo, porque suas deformações estão presentes — eu acho — em todos os analistas. É um modelo que resulta de diversas causas históricas, e que tem nos aprisionado em um mecanismo em que o Poder Executivo se legitima por uma



porção de votos, da ordem de 60% — depois que surgiu o segundo turno —, e o Poder Legislativo, especialmente a Casa do povo, a Câmara, se apresenta fracionada e, portanto, também fragilizada, sendo a causa determinante de um presidencialismo de coalisão, ou de cooptação, e de deformações de amplo espectro. Então, eu me dedico muito pouco a falar mal do atual modelo, porque há uma consciência generalizada de que o modelo se esgotou.

Eu me lembro de uma frase do Nelson Carneiro, de quem fui colega aqui. Ele citava sua luta histórica pelo divórcio dizendo: *“Ah, o divórcio? Todos são a favor; a maioria é que é contra.”* Porque, no momento em que se colocava o projeto na pauta, surgia uma maioria que, ou pelo voto ou pela omissão, impedia o andamento daquela matéria. Hoje, se fizermos uma pesquisa sobre reforma política, sim ou não, é 100% sim. Mas, se dissermos qual é a reforma política, dificilmente se tem uma maioria capaz de viabilizar uma transformação. Não é que a maioria seja vinculada ao atual modelo e beneficiária dele. Eu contesto isso com muita frequência, porque é uma definição singela e, aparentemente, verdadeira. Eu me lembro de um jornalista americano, Henry Mencken, do século passado, que disse com muita graça que todo problema complexo tem uma solução simples, clara, lógica e errada. Esta é uma evidência. *“Ah, não se muda o modelo porque os beneficiários do atual modelo são maioria.”* Não é verdade isso. A vida aqui nos ensina que são as minorias que, talvez, sejam as beneficiárias das distorções. Mas elas são variadas e, ainda que não componham a maioria, elas são capazes de brecar a transformação, se as forças interessadas na transformação não forem capazes de bancar a mudança.

Posso dar um exemplo singelo. Fui Relator de uma tentativa, em 2007, 2008, de reforma política. No momento em que eu conseguia formular a proposta, os Líderes dos dois maiores partidos, o meu e o PT, retiravam a urgência. Ora, sem urgência, essa matéria não tem a mínima possibilidade de tramitação.

Então, minha primeira manifestação é que não se deve, nessa matéria, buscar o consenso, porque o consenso é o que está aí. Consenso é para não mudar. Eu até acho que o Millôr Fernandes... não, Nelson Rodrigues, quando disse que toda unanimidade é burra, ele não quis fazer uma homenagem à unanimidade, ele devia dizer que toda unanimidade é esperta, porque é uma unanimidade para não alterar. Isso se aplica a dois nós que temos na nossa instituição: necessidade



de mudança no modelo político-eleitoral e no modelo tributário. Mas, como mudar sem contrariar interesses? É preciso contrariar interesses. A linha divisória é que é o caminho político capaz de agendar uma maioria para derrotar uma minoria. O consenso só pode congelar o que está aí.

Eu quero dizer aos senhores que minha posição não é otimista no curto prazo. Não é otimista, porque vejo muitas resistências à mudança do modelo. Algumas dessas mudanças podem ser feitas por lei ordinária, outras, por lei complementar, mas outras exigem emenda constitucional. Então, eu defenderia — porque não sou um teórico, sou um agente político — que cogitássemos das transformações úteis e possíveis. Que tenham essas duas características: sejam úteis, façam melhorar o processo, e sejam possíveis. Se queremos um modelo perfeito e ideal, não precisamos nem procurar, já o temos, Thomas Morus já o fez: *Utopia*. Está disponível na prateleira, está disponível. Agora, os agentes políticos...

Deputado Alceu Moreira...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Colbert Martins) - Deputado Alceu Moreira, obrigado pela presença. Tome assento, por favor.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Há um lugar à minha direita, mas há cada vez mais espaço...

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - É circunstancial, eu gostaria de estar no outro.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Eu vou repetir essa última parte, porque a primeira foi uma saudação. Eu estou sugerindo que nós discutamos uma reforma política, eleitoral e do Estado, mas subordinando a dois critérios: o da utilidade e o da viabilidade. Façamos uma mudança que seja útil e que seja viável. Não adiantará que ela seja perfeita e não tramite, como não adiantará que ela tramite por unanimidade e não mude para melhor. Então, consenso é o inimigo da mudança. O inimigo mais solerte da mudança é o consenso. E o dissenso depende de quem o conduz. Então, eu gostaria que as forças que querem mudanças se articulassem em maioria. E eu vou dar só um exemplo de uma distorção grave: a coligação de legenda. Coligação de legenda produz tantas deformações que entre os partidos que se coligam não se tem clareza sobre qual é o mais prejudicado, se o pequeno que se coligou ao grande ou se o oposto.



Vejam quando um pequeno partido coloca um campeão de votos numa legenda grande e sobram votos, esses que sobram vão para o partido grande. O pequeno, então, foi tributário. Agora, quando o pequeno consegue simplesmente colocar o seu quadro com votação média, ele é que elege alguém que não alcança o quociente. Então, vejam que são duas deformações, duas mãos de uma deformação que nasceu incompatível, na minha avaliação, com o regime pluripartidário. E, com frequência vejo, leio e escuto que os partidos pequenos defendem, porque é o modelo da sobrevivência. Discordo. É o modelo da eternização da pequenez. É a eternização da pequenez, o modelo do crescimento e até a própria cara, a própria feição, o próprio discurso. O exemplo mais recente é o Partido dos Trabalhadores. Na minha primeira legislatura, eles eram oito, e hoje têm a maior bancada da Câmara.

Então, eu peguei a coligação de legenda como exemplo de algo que tem a seu favor forças expressivas, mas minoritárias. Mas se, de outro lado, não houver uma maioria disposta a bancar, essas minorias inviabilizam a transformação, ainda que sejam 100 ou 150 Deputados, se os restantes não estiverem mobilizados em torno de uma proposta.

O exemplo foi um atalho, porque, na verdade, gostaríamos de encontrar um modelo ideal de representação. Mas qual é esse modelo ideal e perfeito de representação? As democracias modernas se dividem, historicamente, já há dois séculos, entre o modelo distrital — se contarmos o Parlamento inglês é muito mais — e o modelo proporcional, e cada um deles tem o seu vezo negativo. No distrito, produz-se governabilidade, mas com frequência compromete a representatividade. Na Alemanha, antes da última reforma, o Partido Verde tinha 26% dos votos e nenhum Deputado no Reichstag. Nenhum, porque 26% não vence eleição em nenhum distrito. É a deformação do voto distrital, mas o voto proporcional — o Brasil é um bom exemplo, a Itália também já foi — produz muitas minorias e nenhuma maioria. Esta Casa hoje, Câmara dos Deputados, tem 27 minorias, se é que não aumentou de ontem para cá, e nenhuma maioria. Então, as maiorias se montam pelas circunstâncias, pelo tema e pela liderança eventual, produzindo uma síntese que pode ser exagerada, mas hoje, para ser aprovado nesta Casa, o projeto tem que ter um atributo importante: ser bancado pelo Governo ou outra característica,



ser irrelevante. Esses dois tipos de projeto vencem as dificuldades. O irrelevante porque não contraria interesses e os do Governo, mesmo contrariando, têm quem banque. Não tendo um Governo a bancar e sendo relevante, o projeto praticamente fica condenado à gaveta e à falta de acordo de Líderes.

Eu me lembro que eu fazia reunião de líderes — eu era Líder do PMDB — na sala do PMDB, na mesa do PMDB, porque nós éramos seis líderes. Na legislatura passada, o Presidente do PMDB me convidou para discutir a reforma política numa reunião de líderes na residência oficial. Havia mais de 60 Deputados. Aí eu comecei a ter a percepção de que eram vinte e poucos Líderes, vinte e poucos Vice-Líderes, mais o Deputado interessado em determinada matéria: 60.

Eu me lembro, Alceu e Colbert, que eu fiz uma pequena maldade, na minha intenção de ser verdadeiro. *“Que mudança você viu, Ibsen, depois que ficou 12 anos fora? Quais mudanças você pode ter visto?”*

Olha, não acho que haja mudanças cruciais num país em 10 anos. Mas uma mudança, eu estou percebendo. Lembram-se do baixo clero e do alto clero? Hoje é a mesma coisa. De fato, há um nivelamento a ponto de as grandes lideranças e os pequenos interesses terem o mesmo peso na condução do processo político parlamentar.

Quanto a essas deformações, devemos perguntar: como vamos fazer para compatibilizar a governabilidade, que é essencial, com a representatividade? As ditaduras resolvem parte do problema. Cuidam da governabilidade. Como lhes falta a outra, a legitimidade, elas são sempre passageiras, ainda que, às vezes, muito duráveis.

Agora, o que não pode é a democracia desarmar-se. Desarmar-se pela ineficácia, pela incapacidade de decidir. E, talvez, em nosso País — não posso dizer com certeza —, tenhamos tido intervalos democráticos — e eu bato na madeira, para que não tenhamos mais intervalos. De cada intervalo autoritário que vencemos, nós saímos com uma espécie de culpa. Já que tudo era proibido, agora nada será proibido. E caímos no oposto da restrição, no oposto da vedação. Quando o regime verdadeiramente forte deve ser a democracia. O regime que não pode ser desafiado, este é o democrático. E nós, parece, cultivamos a culpa de que



estávamos até tão pouco tempo atrás numa ditadura e agora queremos restrição zero.

Ora, a construção do binômio governabilidade e representatividade é o que está faltando para a gente aperfeiçoar o nosso modelo. Hoje, todos nos sentimos representados. Nós temos dificuldade de adivinhar o caminho que o nosso País quer seguir ou vai seguir.

Há poucos dias, a bancada estadual do nosso partido, Deputado Alceu, me convidou para me ouvir dizer como eu analisava aqueles acontecimentos de junho. Eu disse: *“Quem está enxergando com clareza certamente está mal-informado”*. Quem está bem-informado está perplexo, como todos nós — um grau de perplexidade notável por termos um bom grau de desinformação. Porque essas manifestações, quando elas surgem espontâneas, têm uma virtude: elas são uma crítica que nós não podemos ignorar, mas elas têm um vício perigoso, o seu caráter errático. Uma marcha do povo sobre um palácio pode ser uma grande mudança, como foi a Marcha sobre Versalhes, que resultou no Estado da Revolução Francesa e no Estado Moderno. Mas pode ser a Marcha sobre Roma também, que resultou no fascismo italiano.

Então, esse tipo de insatisfação como um sintoma não pode ser ignorado. Mas os agentes políticos têm que buscar drenar a insatisfação no caminho da superação dos problemas, porque o oposto é o movimento errático que nós não sabemos para onde se dirige.

Ora, se no distrital nós temos governabilidade e não temos representatividade adequada, no proporcional temos o oposto. A Alemanha criou um mecanismo interessante, e a gente pode até, se quiser, discutir os seus aspectos, buscando compatibilizar a representatividade com a governabilidade.

A verdade é que a Alemanha tem 80 milhões de habitantes, mas é do tamanho do Rio Grande do Sul mais Santa Catarina, talvez mais um pedaço do Paraná. Eu acho que é por aí, 400 mil quilômetros quadrados, mais ou menos.

Ora, eles podem fazer uma lista nacional. Nós não podemos nem pensar nisso. Eles podem fazer uma representação *tout court*, proporcional, exatamente igual ao eleitorado. Nós, se fizermos isso, fazemos uma verdade aritmética, mas, talvez, a gente deva perceber que, se fizermos isso, três Estados — São Paulo, Rio



de Janeiro e Minas Gerais — terão maioria absoluta da Câmara dos Deputados. Como funcionar isso para a Federação? Temos que pelo menos nos perguntar sobre isso, ou definirmos o modelo de representação que cubra tais distorções.

Eu estava aqui na Constituinte quando nós votamos que os Estados não teriam menos de oito Deputados. E, para tranquilizar a nossa consciência, mantivemos os Territórios com quatro, mas eles foram extintos na primeira oportunidade e transformados em Estados. Então, hoje, se há Deputado que representa uma média de 50 mil eleitores — em Roraima, possivelmente —, outros têm que representar 600 mil eleitores na média — São Paulo.

Eu não defendo que seja uma regra aritmética, não. Defendo que se construa um mecanismo de equilíbrio porque esta Casa é do povo, mas ela também é um pouco federativa. Assim como o Senado é Federal, mas é também Casa do povo.

A busca de um modelo ideal eu já ouvi em questionamentos, em perguntas. Mas qual é o modelo ideal? Será que só o da Grécia Antiga? A democracia direta na Praça da Ágora?

Salve, Deputado! Tudo bem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Colbert Martins) - Aproveito para cumprimentar o Deputado Edinho, o Deputado Alexandre Toledo, o Deputado José Humberto e o Deputado Marcelo Almeida.

Obrigado pelas presenças.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Hoje, com a Internet, podemos fazer do país uma grande Ágora. Não é preciso caminhar até o centro de Atenas para votar.

Eu me lembro que das minhas leituras eu acabei por ser um agente político percebendo que Atenas, no IV século antes de Cristo, a Atenas de Péricles, tinha 500 mil habitantes. E o voto era direto. Mas metade eram escravos. Então, ficam só 250 mil. Desses 250 mil, metade eram mulheres. Elas não votavam até 1932. E o Brasil foi um dos primeiros.

Metade eram mulheres. Então, nós já estamos com metade de 250 mil. Desses 120 mil — vamos arredondar —, 60% tinham menos de 25 anos. Então, nós já estamos falando de 60 mil atenienses. Mas, como era uma democracia censitária, quem não tinha determinado patrimônio não votava. Nós já estamos falando em 30 mil dos 500 mil. E desses últimos 30 mil, metade, pelo menos, era composta do que



eles chamavam de metecos, os gregos não atenienses, dentre os quais Aristóteles, que não era eleitor, porque ele era de Estagira — Aristóteles, o estagerita.

Então, nós já estamos com 12 mil eleitores em Atenas — eleição direta. E aí entravam aqueles que moravam longe, distante. A média de eleitores nas eleições diretas que votava era de 3 mil.

Portanto, o modelo histórico que a gente gostaria de buscar não é um bom exemplo.

É claro que a democracia representativa está sofrendo questionamentos. Alguns deles têm justificativas reais. Não se pode ignorar a comunicabilidade, as redes sociais, a Internet. Não se pode ignorar.

Temos também uma avaliação muito recente desse processo que, com grande velocidade, se desenvolveu, a ponto de termos dificuldade de perceber como isso possa ocorrer.

Eu me lembro de que o meu gabinete de ex-Presidente era aqui perto, atrás do corredor das Comissões, e eu acompanhava os trabalhos pela televisão ou me avisavam meus assessores: “*Votação.*” Eu me levantava, como todos os colegas fazem, saía, vinha para apertar um botão, me informava com o Líder: “*Como se vota isso aí?*” Votava e voltava.

E eu me lembro de que eu fazia uma brincadeira: “*Mas se eu faço de lá até aqui, por que eu não tenho um botão lá na minha mesa, no gabinete?*” “*Se eu tenho no gabinete, por que eu não tenho na minha casa, em Porto Alegre?*”

E por que só 513 e não 200 milhões? Então, vejam que o questionamento da democracia representativa é um fato que está sendo posto na nossa frente.

Eu estou convencido, e me dirijo especialmente aos Parlamentares que estão aqui — por falta de informações, eu vou ficar no meio a meio —, de que metade dos desgastes de uma Casa política como esta pode ser resultado de seus vícios. Pode ser. Mas a outra metade é de sua virtude. Porque só esta Casa não é de ninguém, porque só ela é de todos. E, se ela é de todos, ela não é a minha OAB, não é o meu CREMERS, não é o meu sindicato. Ela é de todos. Sendo de todos, possa a ideia de que é dos outros também.

Então, eu não tenho dúvida de que a virtude da representação do interesse geral é muito a causa de esta Casa ser alvo de avaliações destrutivas. E quando me



apontam os vícios que aqui se praticam, eu digo: *“Eu acho que a grande diferença entre aquela Casa e outras instituições é a cobertura de imprensa.”*

Vamos dar a mesma cobertura de imprensa às demais atividades: à advocacia, ao jornalismo. Vamos dar a mesma cobertura de imprensa, porque a natureza humana está presente em toda a parte. E aquilo que é vício aqui, é vício num convento também.

Digo isso na intenção de denunciar o que há de pior. A pior política é a que nega a política. Não há nenhuma pior do que essa. Nenhuma política é tão negativa quanto a que nega a política. Porque não há nenhuma forma de representar o interesse geral que não seja a política. E, por ser política, é que a representação é geral. As outras são setoriais. E o nosso modelo político de representação, especialmente da Câmara, está favorecendo a setorialização da representação — a setorialização.

Então, a gente percebe que as corporações de toda natureza — do trabalho, do capital, das regiões, dos aparelhos de Estado —, todas essas corporações buscam apropriar-se do processo deliberativo.

E eu não tenho dúvida de que ninguém quer esta Casa fechada, mas muita gente quer esta Casa intimidada, agachada. Muita gente quer isso. Eu não tenho dúvida disso.

Então, defender a instituição política, defender a representação política é o único mecanismo capaz de encontrar processos de avanço.

Outro mecanismo — logo, esse não é o único — nós conhecemos também: é a violência, é o sangue, é a revolução, é o golpe.

São os dois meios: ou nas ruas ou através do processo político institucional. Deste otimismo eu não abro mão: de que nossas instituições vieram para ser preservadas.

E é na conjugação da governabilidade com a representatividade que temos que encontrar o modelo.

Eu quero repetir e sugerir que nós nos dediquemos a isto: que a reforma que nós pensamos em fazer tenha dois atributos, que seja útil e viável. Sem um desses adjetivos, se não for útil, não adianta que seja viável. E, se for inviável, não adianta



que seja perfeito. Então, se pudesse, eu defenderia grande transformação, mas não acho que seja possível isso na atual composição do Congresso Nacional.

Mas eu acho que, se nos concentrássemos em algumas alterações pontuais... Eu, por exemplo, não me oponho, mas também não defendo, a que as eleições sejam todas em um tempo só. Não me oponho, porque vejo alguma razoabilidade, mas não defendo porque temo um mecanismo, que é a eleição de 4 em 4 anos, com presidencialismo. Então, eu temo que não seja boa a falta de reiteração do ato político. E acho que a nossa resistência a termos eleições ano sim, ano não, é porque as nossas eleições são muito complexas do ponto de vista operacional. São dezenas de milhares de candidatos, cada um fazendo a sua campanha. Olha, é da experiência de todos, mesmo dos que não são Parlamentares.

(Não identificado) - Deputado Macris.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Estão chegando aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Colbert Martins) - Vamos ter quórum daqui a pouco. Só o senhor, Presidente...

O SR. IBSEN PINHEIRO - Nós temos um modelo eleitoral em que cada Parlamentar é de um partido,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Colbert Martins) - Deputado Vanderlei, *(ininteligível.)*

O SR. IBSEN PINHEIRO - ...para o bem e para o mal. Para o bem, porque ele tem autonomia; para o mal, é que ele tem que ter comissão de finanças, comitê de imprensa, sede própria. Então, cada Parlamentar tem os encargos como se fosse um partido. Ora, a eleição é uma coisa infernal, algo sobre-humano. A campanha para outubro, que começa em janeiro, começou tarde; de janeiro para outubro, começou tarde. Então, nós imaginamos assim. Portanto, se nos tivéssemos outro modelo eleitoral, a eleição poderia ser uma coisa para 60 dias, dependendo do modelo.

Eu me considero vacinado contra a defesa do modelo proporcional, com lista aberta. Esse eu considero o pior dos modelos, porque reúne o que há de negativo no voto distrital, que são os bolsões apropriados por alguns, com o que há de negativo no voto proporcional, que é a pulverização. Então, nós temos um Parlamento pulverizado, 27 minorias e nenhuma maioria. E não enxergamos um



caminho, porque eu vejo também muita resistência à lista pré-ordenada, que eu pessoalmente consideraria um bom modelo, mas tenho dificuldade em defender isso, porque eu quero algo que seja bom e viável. Se não há maioria, não adianta ficar agarrado à tese.

Para curiosidade minha e de todos que se dedicam ao assunto, Milton Campos propôs, há bem mais de meio século, um modelo muito interessante, que é a conjugação do modelo do distrito com a proporção. Sabem como funcionaria? Dividam, por exemplo — vou falar do Rio Grande, que eu conheço melhor... Temos 31 Deputados... Digamos que fossem 32 ou 30, para pegarmos um número par. Então, 32; 16 distritos. Não, no Modelo Milton Campos, 32 distritos, um eleito por distrito. E os demais, que perderam a eleição, integram a lista do seu partido. E os votos para a legenda são os votos dos distritos somados.

É um exemplo que é possível conjugar. A Alemanha fez um pouquinho diferente: metade vota por distrito e a outra metade você vota na lista. Então, vota duas vezes. O do Milton Campos é um voto só. Eu chego ao Distrito de Caxias do Sul. Digamos que lá tenha lá 500 mil votos. Vota no Deputado e elege lá — vou dar um exemplo do meu partido — o Sartori ou o Rigotto. Aí os outros que não se elegeram estão nas listas respectivas, proporcionalmente, cada um conforme os votos que conseguiu.

Eu não estou defendendo esse modelo, até porque isso é uma construção e não uma mera manifestação de vontade. Apenas estou exemplificando. A Casa nunca está completa se não tem um Bonifácio — isso desde 1823. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Colbert Martins) - Vou saudar o Deputado Walney Rocha e o Deputado Bonifácio de Andrada. Veja V.Sa. que uma reunião dessa qualidade...

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Só que foi no passado, com distritos menores, circunscrições menores que oito Deputados...

O SR. IBSEN PINHEIRO - Eles têm autoridade na matéria desde 1823. *(Risos.)* Bonifácio, é um prazer revê-lo. Um abraço, já vamos conversar.

O SR. DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA - Depois a gente conversa, mas...

O SR. IBSEN PINHEIRO - Está legal.



Vejam a questão do financiamento também. Estou abordando questões pontuais. Muitos defendem o financiamento público, outros, o privado, com restrições, e outros, o misto. Eu gostaria de defender um modelo em que o dinheiro não fosse eficaz, porque ele tem muita eficácia no modelo proporcional, de linha aberta. Ele é decisivo. Nós sabemos que com muitos recursos se elege um poste. Sabemos disso. Então, eu gostaria de um modelo em que o dinheiro não tivesse a eficácia pesada como tem. Aí ele não teria importância, aí ele não teria importância.

Com a lista pré-ordenada, por exemplo, o dinheiro não tem esse peso, porque, se eu sou o primeiro da lista, não tem por que eu pedir dinheiro. Se eu sou o trigésimo, também não adianta pedir dinheiro. Seguramente, a campanha será feita pelo partido, o 15, no meu caso. E é uma campanha barata e rápida. Por quê? Porque os Parlamentares estão na lista.

Mas, como eu acho que à lista há grande resistência, nós temos que buscar um mecanismo, porque, do contrário, no atual modelo, se botar dinheiro público, ele vai se somar ao privado, vai se somar. E isso, além de ser rejeitado pelo sentimento das pessoas, isso não vai gerar conteúdo de avanço nenhum.

Por isso, resisto à ideia do financiamento público exclusivo. E defenderia um modelo em que o dinheiro não tivesse o mesmo peso. Reconheço que não é fácil trocar. As pessoas acham que no voto proporcional de lista aberta as pessoas escolhem o candidato. Eu acho que na lista ordenada elas escolhem mais, porque elas sabem qual é a ordem da lista, sabem quem vai se eleger, porque está lá na ordem. No modelo da lista aberta, ela vota no Ibsen e não sabe em que lugar ele vai ficar. E, ainda com a coligação de legenda, não sabe em que partido está votando.

Ora, depois de discutir muito o melhor mecanismo para eleição, eu sempre peço licença para falar depois, de tudo isso, sobre o principal. O que é o principal? É o desempenho do mandato depois da eleição.

Os Parlamentares de hoje — eu vou falar só dos Parlamentares decentes, que são a imensa maioria desta Casa; não vou falar dos que praticam pesados vícios; vou falar dos Parlamentares decentes — se dedicam a três coisas secundárias: à emenda, às nomeações e à verba de campanha. A campanha que passou, a que virá, a municipal, que ele tem que ajudar o vereador. E essas três coisas são verdadeiras, não são sujas e nem ilícitas, só não podiam ser o centro da



atividade parlamentar. Para a emenda parlamentar individual, com grande frequência, a verba surge antes da necessidade. *“Olha, Prefeito, arrumei um milhão lá.” “Ah, vou fazer um posto de saúde.” “Ah, não, mas é turismo.” “Ah, então eu faço um coreto na praça.”* Isso é da nossa vivência.

Empregos, só no modelo do voto proporcional eu preciso saber quem é o subsecretário da saúde do Município onde o meu partido tem o prefeito. Porque o subsecretário é meu cabo eleitoral, e o secretário é do meu inimigo, que é o companheiro de partido. Então, esse modelo fica distorcido de tal modo que o Parlamentar tem pouquíssimo tempo para cuidar do desempenho do mandato, que é a representação política do sentimento não só da sua região, mas do País. Então, ele fica praticando emendas individuais, dividindo o máximo possível. Como já disse, quando a gente não sabe quem foi, a gente sempre diz que é o Alkmin, o José Maria... Aí você acaba dez emendas; você dá uma emenda, arranja um ingrato e nove inimigos, aos quais você nega a emenda.

Portanto, o emendamento individual, conjugadamente, as nomeações, com os cargos, e a verba de campanha são filhos, produtos diretos da lista aberta uninominal, que fazem com que o Deputado seja o agente da sua própria eleição, o agente essencial da sua própria eleição, e não o seu partido.

Eu não sei que mecanismos se podem encontrar. Por isso, eu disse que no curto prazo eu não me considero otimista. Eu me considero pessimista no curto prazo. Teríamos que ter uma alteração até 3 ou 4 de outubro, não sei. Não sei que dia será a eleição em 2014. Teríamos que ter essa alteração. Eu, sinceramente, não estou vendo viabilidade. Se eu pudesse fazer uma escolha, uma só, eu escolheria a extinção da coligação de legenda, porque ela deforma terrivelmente a representação e condena os pequenos partidos à pequenez e os grandes a um escambo, em que hora eles ganham, dependendo do número de votos do coligando, ora eles perdem, porque perdem cadeiras. Então, se eu pudesse escolher, eu extinguiria para a próxima eleição a coligação de legenda. Tenho certeza de que será mais fácil trabalhar outras mudanças na nova Câmara.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Você diz na proporcional, não é, Ibsen?



O SR. IBSEN PINHEIRO - Na proporcional. Outra coisa é que, se eu pudesse, eu baixava de 500 mil para 500 o número de assinaturas para se fundar um partido — 500 mil não; 500 pessoas. Fundam um partido quantos quiserem. Abram a porta, botem a placa, conversem, falem. Agora, sentar no Parlamento, ter acesso à rádio e televisão gratuitos, acesso ao fundo partidário, só com consentimento popular, voto, voto.

Então, nós podemos ter não 30 partidos; podemos ter 300 partidos. Ouço com frequência que os Estados Unidos têm dois. A minha última informação é a de que são mais 400. Há partido dos baixinhos, dos carecas. Enfim, de tudo quanto é corporação. Agora, no Parlamento... É verdade que lá, o voto sendo distrital, praticamente são dois, com uma ou outra exceção.

Se nós pudéssemos construir um mecanismo de conjugação do distrito com a lista, nós poderíamos ter estabilidade, livre organização partidária, livre, livre. Agora, funcionamento institucional das Casas Legislativas, mediante voto, pelo menos o consciente eleitoral, se possível a cláusula de barreira.

A cláusula de barreira foi derrubada pelo Supremo com o argumento singular de que prejudicava a minoria. Bom, nesse caso nós temos que eleger o Presidente da República alternadamente: uma vez pela maioria, outra vez pela minoria. O regime democrático é o regime do comando da maioria. É claro. Então, a cláusula de barreira, se fosse possível, o consciente eleitoral já tem um significado importante, desde que cada partido concorra com a sua cara, com as suas ideias.

Eu tenho convicção também de que, se os partidos se obrigassem a ter a sua feição própria, eles se obrigariam a distinguir-se, porque hoje todos somos favoráveis a tudo que é simpático e todos somos contrários a tudo que é oneroso, politicamente.

Ao passo... Deputado Marcelo Castro... Alegria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Colbert Martins) - Deputada Luciana, também que... Deputado Marcelo Castro... Sejam muito bem-vindos. Muito obrigado.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Então, Srs. Parlamentares, assessores, eu vou terminar esta minha intervenção com uma reflexão sobre o processo constituinte. Quando eu cheguei aqui, eu achei que a Constituinte havia chegado tarde, porque o meu partido, desde 1974, quando teve uma grande vitória, levantou bandeiras



subversivas, à época: Constituinte, eleição direta e anistia. Bandeiras de grande desagrado ao regime militar, que, por elas, classificava-nos não de Oposição, mas de contestação. Eram bandeiras tão corretas que elas arrastaram o País, menos de 10 anos depois.

Eu cheguei à Constituinte achando que era tarde demais, devíamos ter começado antes o processo. No meio do processo constituinte, eu comecei a achar que tinha sido cedo demais, cedo demais. A marca estava quente do regime militar. E nós não conseguíamos raciocinar para frente. Nós pensávamos no que vinha de trás. Eu me lembro de que quando olhávamos para frente, eu procurava fazer graça: *“Sim, para frente, para o espelho retrovisor.”* Para frente, mas para ver. Queríamos vacina contra o autoritarismo. Eu me lembro de que eu sustentava na Comissão: *“Olha, existe um ato que, tentado, é crime, e, praticado, não o é.”* A nossa conformação jurídica rapidamente se percebia que eu estava falando da tentativa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Colbert Martins) - Deputado Mendes Thame. Por favor, Mendes Thame, por favor.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Eu, rapidamente, percebi que eu queria dizer que a tentativa de derrubar o regime democrático é crime. Mas derrubar o regime democrático não é crime (*riso*), é outra ordem jurídica que se estabelece. Então, não adiantava querer fazer uma Constituição vacina. Vacina, vacina, vacina.

Eu acho que nós fizemos duas Constituições, uma do século XXI, que é a Constituição programática, que definiu direitos, que definiu garantias, que é garantista, que sonhou o meio ambiente, sonhou com a liberdade, e escreveu isso como um programa. Às vezes, alguns acham que isso é uma norma positiva para aplicar. Ora, como pagar um salário mínimo justo para o trabalhador viver perfeitamente com sua família, com todos os custos? Nós sabemos. Isso é um programa. Não é uma decisão judicial que vai fazer dessa norma programática uma norma positiva. Mas era necessário.

E acho, então, que a Constituinte veio na hora. Por quê? Porque ela estabeleceu o reencontro do País com as suas instituições, do povo brasileiro com a instituição pública. Houve uma catarse. E isso foi um grande fato positivo do processo constituinte, um grande fato positivo. Fizemos uma Constituição do século XXI, programática. Mas fizemos junto, no mesmo momento, uma do século XIX, um



aparelho de Estado. O aparelho de Estado brasileiro está atrás do Brasil. O Brasil está andando melhor e mais ligeiro do que o seu aparelho de Estado.

Eu digo isso contristado, porque eu quero um Estado ágil, capaz de intervir, mas não de se intrometer. Intrometido é um Estado que se mete na vida das pessoas para cuidar de tudo, e acaba não cuidando do essencial. O que eu quero é um Estado ágil, enérgico, e não obeso e pesado, como o que temos. Eu acho que aí nós fizemos uma Constituição do século XIX, porque a instituição pública veio para a Constituinte para não mudar, para não mudar.

Vou dar um exemplo: a nossa Instituição aqui — perdoem-me o “nossa”, porque eu não desencargo da... não desencargo — veio com a bandeira de deixar como estava. Ou 1946, na melhor das hipóteses; 1946, o Legislativo. O Judiciário deixa... não mexe mais. O Judiciário. O único Poder que se moderniza na marra é o Executivo, porque se ele não se modernizar na marra, minimamente, ele é a causa da ingovernabilidade. Então, o Executivo é como se fosse abrir um restaurante. Se não se trabalhar em cima do fornecedor, da qualidade do produto, da madrugada, do pessoal, o restaurante vai quebrar. O Executivo, mal ou bem, moderniza-se no nosso País. Ele cria novos mecanismos de gestão. Mas como ocorre isso? De modo isolado. As outras instituições públicas só conhecem um mecanismo para responder às necessidades: é o aumento da sua estrutura. Se se fala que há ações em juízo acumuladas, às dezenas de milhares, mais juízes, mais concurso para juiz; mais promotores. Eu sei do que eu estou falando.

Quando eu entrei no Ministério Público, há mais de 30 anos, ele ocupava quatro andares de um prédio do Instituto de Previdência do Estado. Hoje, o Ministério Público tem vários edifícios, duas torres gêmeas, lindas, em Porto Alegre, à beira do Guaíba. É um exemplo de como nós estamos escravizados à noção de que a resposta do Estado é mais gente, mais máquinas. Não, há coisas que dependem de uma formulação. Mas os agentes formuladores estão emperrados pelo processo de embotamento havido no aparelho de Estado que nós deixamos.

Eu não sei se o nosso sistema eleitoral presente é melhor do que o de 1871, da Lei Saraiva, a primeira que veio cuidar que as minorias estivessem representadas. Sinceramente, não tenho clareza se a do século XIX, em alguns aspectos, não era mais equilibrada e mais estabilizadora, a ponto de eu me permitir,



às vezes, fazer uma graça de dizer que o mais longo período republicano de nossa história foi o Segundo Reinado, em que nós tínhamos um Presidente com um Poder Moderador, e o título de Imperador; um Governo que só no reinado de D. Pedro II mudou, se não me falha a lembrança, 17 vezes, que era capaz de corresponder às variações do poder. Então, por isso eu acho que a nossa Constituição, na definição do Estado, nasceu velha. Nasceu velha, na definição do aparelho de Estado.

E afirmo também, sem nenhum sentimento corporativo: a única instituição pública que veio para a Constituinte com um projeto inovador foi o Ministério Público, foi o Ministério Público. Fui um dos agentes desse avanço; se tivesse que refazer, hoje, eu manteria, mas criaria correspondentes responsabilidades, e acho que isso negligenciamos. Porque era um avanço singular, não cuidamos para que houvesse correspondentes responsabilidades. Mas, sem dúvida, o Ministério Público foi um ícone do avanço, tanto que várias instituições hoje — Defensoria Pública, institutos ambientais — seguem o mesmo caminho, como percebe-se especialmente, digo isso aos Deputados, todos querem legislar: o IBAMA, os TACs, o Judiciário, todos querem legislar. Ninguém quer subir no caixote, pedir voto, e carregar má fama. Isso que é difícil.

Então, senhoras, senhores, companheiros, recebi com muita alegria esse convite, Deputado Colbert, pelo reencontro com velhos companheiros aqui, por conhecer alguns novos, por encontrar parceiros de batalhas, como a nossa batalha dos *royalties*, Marcelo Castro. Enfim, não tive na vida experiência mais rica que a vida parlamentar. Não tive experiência mais rica do que essa, em que se tem que acompanhar assuntos de uma variedade imensa; representar, ao mesmo tempo, pelo seu voto, interesses que se conflitam, e em que o exercício do silêncio é tão eloquente quanto o discurso mais incendiário, porque o modelo parlamentar, e a Casa parlamentar, são o único mecanismo do avanço seguro, se não quisermos o risco das revoluções, dos golpes e das deformações de qualquer natureza.

Quando digo que sou pessimista, era a ideia de uma reforma profunda. Mas quero guardar um grau de otimismo de alguma transformação que seja possível.

E quero dizer que — parceiro nisso, mesmo sem mandato — não tenho nenhum modelo ao qual pessoalmente eu me dedique: o meu é este e nenhum outro. Eu acho que nós devemos fazer a construção possível.



Vou voltar aos dois adjetivos: a mudança que seja útil, mas que seja aprovada pelo Plenário e sancionada pela Presidente da República. Se não tiver essas duas características, de que serve uma mudança perfeita se não tem votos? De que serve a unanimidade, para deixar como está?

Contudo, se as Lideranças pudessem construir uma transformação útil e possível, eu acho que talvez se pudesse ter a próxima composição com mais capacidade de responder às necessidades de transformação, para que nós não tenhamos de acreditar permanentemente que o Brasil está à frente das suas instituições públicas.

O aparelho de Estado brasileiro está freando o Brasil. Isso é triste, porque é uma linguagem privatista que com frequência subordina o Estado. Eu não quero isso. Eu não defendo isso. Defendo o Estado soberano, capaz de respeitar as diversas manifestações.

E repilo a ideia privatista de que a vida privada, os negócios privados é que são os que devem preponderar. Não. Nós vivemos num espaço público, e o papel do Estado é essencial, mas o papel de um Estado enérgico para intervir, sábio para distanciar-se daquilo que não é a sua função. E este Estado passa pela percepção dos agentes políticos, e só dos agentes políticos. Não são necessariamente os mandatários, são aqueles que eu definia no começo desta conversa.

Agente político é quem se sente interessado no processo de transformação, com mandato ou sem mandato, com função pública ou sem função pública, que tenha a capacidade de intervir para transformações que melhorem a vida das pessoas.

Isso, fora da instituição política, da representação política, é outro caminho que ninguém quer e que às vezes nos é imposto, que é o caminho da violência.

Muito obrigado.

Estou à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Colbert Martins) - Uma grande aula! Neste 11 de setembro, acontecem coisas importantes como essa que V.Sa. traz agora.

Estão inscritos o Deputado Edinho Araújo — e as pessoas que queiram se inscrever também —, o Deputado José Humberto e o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.



Peço que V.Exas. sejam breves também, para que o Deputado Ibsen possa...

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Cumprimento V.Exa., Deputado Colbert, saudando esta conversa ao pé do ouvido, tão agradável, com o nosso companheiro e amigo Ibsen Pinheiro, de tanta história, que nos reporta a momentos tão significativos.

Anotei algumas expressões que sabiamente Ibsen destacou aqui, como o seu pessimismo com relação a uma reforma a curto prazo. Eu indagaria sobre uma reforma política em que há uma pressa, provocada neste momento pela sociedade. O senhor fez um paralelo com a Constituinte: que houve um momento em que considerava que era tardia e depois que foi apressada. Neste momento que nós estamos vivendo de pressão popular, todos querem reforma política, todos falam em reforma política. Melhor do que todos nós, o senhor sabe o quanto este País é plural, o quanto ele tem as suas características, as suas culturas. Então, eu indago se uma reforma política para viger daqui a alguns anos seria viável.

O senhor fez também a colocação de que a reforma teria de ser boa, mas viável — não adianta qualquer reforma. O senhor usou a expressão “uma reforma boa”, porque podemos retroceder, tendo em vista a pressa, tendo em vista as dificuldades. Então, eu quero concordar com o fim das coligações. O senhor usou também a expressão, que me pareceu muito oportuna, “as campanhas, o dinheiro, a eficácia do dinheiro”. Isso equivale dizer que o dinheiro decide eleição. O dinheiro tem decidido eleições.

Então, são três pontos fundamentais.

Eu tenho participado ao lado do Deputado Marcelo Castro, nosso Líder nesse tema na bancada, e vejo uma dificuldade imensa de chegarmos a um denominador comum, porque reforma depende de lei ou de emenda à Constituição, portanto, quórum qualificado e necessidade do mínimo de consenso.

Então, se colocássemos uma reforma para viger daqui a alguns anos, será que nós poderíamos fazer uma reforma boa?

Eu queria dizer que, a meu ver, a representação do voto distrital misto... Eu acho que este seria um grande avanço: o voto distrital misto; o financiamento público de campanha, que a população não entende, mas que seria muito mais econômico para ela e muito mais interessante; e o fim das coligações, para que nós



podéssemos acabar com o balcão de negócios, que são as coligações proporcionais, pelo menos naquilo que eu conheço.

Parabenizo-o, mais uma vez, pela excelente conversa, neste momento em que nós estamos um pouco dispersos com relação a esse tema.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Obrigado, Deputado Edinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Colbert Martins) - Deputado José Humberto, por favor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ HUMBERTO - Ao cumprimentar o Presidente da Mesa, Deputado Colbert Martins, e, em nome dele, V.Exas., os demais colegas Parlamentares presentes, quero manifestar aqui, acima de tudo, a minha satisfação pelo privilégio de ouvir, neste momento, um ex-Presidente da Casa, o Deputado Ibsen Pinheiro, que nos fez uma exposição brilhante a respeito de um dos temas que mais nos preocupam, que mais está na raiz da perda de credibilidade das instituições políticas e, por tabela, nossa, dos políticos.

Eu, Sr. Presidente, sou um Deputado de primeiro mandato, fui Prefeito da minha terra. Considero estar aqui quase um milagre, porque o sistema não me permitiria chegar aqui. Essa era a regra. Eu não sei se vou me candidatar, não sei se me recandidatarei. Tenho certeza de que os meus votos já aumentaram na minha passagem por aqui, até porque, como o senhor mesmo fez o relato, é difícil não aumentar os votos aqui. Nós temos as emendas, nós temos as nomeações. Isso nos ajuda.

Mas eu fico pensando que... Nesse sentido, sou até um pouco mais pessimista. Eu sou otimista por natureza, senão eu não estaria aqui. Eu sou pessimista. O senhor diz que o modelo a ser encontrado é quase uma utopia. De onde nós vamos tirar um sistema em que o peso econômico não faça tanta diferença? Mesmo em lista fechada, corremos o risco de transferir a disputa para dentro dos partidos, onde o peso econômico também não está isento de representar.

Preocupa-me muito mais também aquilo que hoje nos jornais colocava a palavra do ex-Presidente Fernando Henrique, numa constatação de que, eu tenho certeza, nós sentimos na pele. É que às vezes o povo, nós, individualmente, no Brasil — sei lá; é um traço cultural —, estamos sempre transferindo a culpa das nossas mazelas, dos nossos desencontros e das nossas derrotas às instituições, e



sempre esperando que os Governos venham a resolver os nossos problemas. E os jovens que estão na rua me preocupam. Em última análise, ninguém quis dizer... Talvez eu possa estar errado, mas me preocupa o fato de que sempre se quer achar um bode expiatório, a culpa por alguma coisa.

Eu tenho tentado defender essa instituição, principalmente sendo merecedor da cadeira, com a minha conduta, mas me preocupa, porque não vejo forma de acontecerem essas reformas que são necessárias.

Eu acho que há uma única forma de resgatar o peso dessa instituição, de maneira que ela não seja refém dos interesses de grupos, de segmentos. Hoje, por exemplo, nós estamos sendo chamados ali já. Uma PEC merece que a nossa Casa, como sempre, receba de repente centenas de pessoas que se mobilizam em torno dos seus problemas particulares, um plano de carreira para o Judiciário, mas ninguém vem aqui mobilizar, pedir pelas grandes questões do Estado brasileiro. E a cada dia nós temos mais Defensoria Pública, mais salário para isso, mais estabilidade, num Estado que é oneroso, porque o custo-benefício é muito caro para o cidadão.

Eu considero que nós estamos perdendo essa guerra, Deputado. E eu sou um Deputado que não tem capacidade de influenciar. As Lideranças do Congresso nessa hora tinham que pegar para si essas coisas e dizer: *“Vamos mudar isso aqui”*. Eu entrego o meu mandato, Deputado Mendes Thame. Eu o entrego com tranquilidade, se puder pelo menos participar dessa mudança.

Então, eu quero agradecer ao senhor a oportunidade de nos trazer sua visão nesta Casa. Eu a acompanhava a distância, ainda à época da Constituinte, preocupado com algumas decisões para a nossa Constituição. E o senhor exemplificou com muito brilhantismo os erros e os acertos que nós tivemos. Esse aparelhamento do Estado, essa é uma ferida; vai nos custar livrar dela num Estado cada vez mais pesado para o cidadão que não aguenta mais carregá-lo. E nós fazemos parte desse peso; eu, particularmente, com 110 quilos. *(Risos.)*

Muito obrigado. Meus agradecimentos.

O SR. IBSEN PINHEIRO - O Deputado Marcelo é mais modesto na sua contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Colbert Martins) - Obrigado a V.Exa.



Com a palavra o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, do PSDB de São Paulo.

O SR. IBSEN PINHEIRO - O Deputado Mendes Thame e eu chegamos juntos aqui. Não foi no século passado, foi em meados do século passado. E o Deputado Bonifácio também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Colbert Martins) - O Deputado Bonifácio é do século XIX. *(Risos.)*

O SR. IBSEN PINHEIRO - Uma vez eu perguntei a ele — desculpe-me, só para ilustrar — se ele descendia de José Bonifácio ou de Martim Francisco, e ele me respondeu: *“Dos dois”*. *(Risos.)* E é natural, porque José Bonifácio se casou com a sobrinha de Martim Francisco. Então, ele descendia dos dois irmãos. Coisa rara. Tem que ser Andrada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Colbert Martins) - Minas é um Estado perigoso até hoje.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Mas eles eram santistas nesse momento, não é verdade?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Colbert Martins) - Com a palavra V.Exa., Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Como disse bem o Deputado Ibsen Pinheiro, nós viemos aqui na mesma época. Eu tive na ocasião oportunidade de ouvir belíssimos pronunciamentos dele que deram rumo, azimuth, direção para esta Casa e aumentaram a admiração de todos nós pelo seu desempenho, pelo bem que fez a esta Casa e ao País. E hoje tivemos oportunidade de tornar a ouvi-lo.

Eu queria dar sequência ao que falou o Deputado Edinho, colocando alguns pontos. O primeiro é quanto ao início da vigência daquilo que formos mudar. Eu fiz parte de um grupo em 1988, com a Deputada Sandra Cavalcanti, o Senador José Richa, o Deputado Antônio Carlos Konder Reis, o Deputado Bonifácio e outros. Erámos parlamentaristas e fomos conversar com Ulysses Guimarães sobre a hipótese de contar com a ajuda dele para colocar no texto o parlamentarismo. Sugerimos que isso passasse a vigorar a partir do ano 2000. E ele disse: *“Mas 2000, daqui a 12 anos?! O Keynes já dizia que a médio e longo prazo todos estaremos*



mortos. É muito longo o tempo! Vamos aprovar o parlamentarismo já!" No entanto, as expressões contrárias foram tantas que essa disposição dos parlamentaristas acabou sendo substituída pelo plebiscito. E, anos depois, continuamos todos num país presidencialista.

Então, esta é a primeira pergunta: se aprovarmos alguma coisa, digamos, para valer daqui a 10 anos, se não seria um passo possível, que não afetaria a vida de ninguém, já que nós mesmos temos que votar num sistema novo que modifique a forma de os Deputados serem eleitos.

A segunda é sobre os três pontos colocados também pelo Deputado Edinho. Primeiro, sobre as coligações proporcionais. Não há dúvida de que todos concordamos. O que nós não queremos é mudar o nome apenas, de coligação para federação, e tudo continuar como estava antes, na maior hipocrisia, como se tivéssemos aprovado alguma coisa, e não aprovamos nada, absolutamente nada, como no último relatório que nos foi apresentado.

A segunda questão é a do financiamento. Talvez fosse mais interessante uma coisa mais simples dentro daquilo que colocou, que é melhor, às vezes, ter uma coisa possível, que não seja o ideal — o ótimo é inimigo do bom —, mas que seja factível de ser aprovada. Que a determinação do valor máximo a ser gasto por cada Parlamentar não fique a bel-prazer de cada partido, seja igual para todos. Que a Justiça Eleitoral determine. Digamos: não é o valor de 4 milhões de reais para um nem 500 mil reais para outro. Que seja um valor intermediário, determinado para todos. Isso já diminuiria o custo da campanha, em termos, se não houver aumento do caixa dois.

E a terceira é o cerne da questão. Se fizermos uma reforma política que não mude a forma de escolha dos candidatos, nós estaremos fazendo um passeio pelas bordas, pelas filigranas, mas não estaremos atacando o cerne da questão. Esse é um assunto em que tenho mexido bastante. Chego à conclusão de que a única reforma singela, simples, possível, intermediária, que possa vir a ser pelo menos discutida, é a possibilidade — não é obrigatoriedade, é possibilidade — de cada Estado que queira subdividir-se em distritos menores o distrito não ser o Estado, porque alguns Estados não suportam mais.



Um deles é o de São Paulo. Nós temos quase 32 milhões de eleitores. A Argentina inteira tem 27 milhões. Como, para ser Deputado Estadual, vou fazer campanha? Não vou fazer campanha, vou contar apenas que sou candidato, para 31 milhões de eleitores. Que compromisso tem o eleitor com o eleito e o eleito com o eleitor? Nenhum.

Estados como o Pará, onde as pessoas têm que ir de barco, algumas regiões... Por que não permitir que, se esses Estados quiserem, a Assembleia Legislativa os autorize a subdividir-se em distritos? E o sistema continuaria o mesmo.

Digamos: São Paulo, em vez de eleger 70 de uma vez só, teria 10 distritos, por exemplo, cada um elegendo 7; ou 7 distritos, cada um elegendo 10; ou 14 distritos, cada um elegendo 5; ou um mínimo de 4. — alguma coisa assim. Em suma, essa seria uma questão plausível.

Se Alagoas e Sergipe não querem se subdividir, querem continuar como estão, continuem! A Assembleia lá decide. Cada um vê, e depois nós damos, sem ferir a lei, as diretrizes gerais. Quais diretrizes gerais? As eleições são proporcionais; eleitas pela proporcionalidade que cada partido eleja. Fez mais votos, vai ter mais Deputados. Linhas gerais, num continente Brasil! A França é menor que Minas Gerais, é menor que a Bahia. Nós somos um continente. Não somos um país. Não dá para comparar Espírito Santo ou Santa Catarina com Pará. Essa é uma consideração.

Por último, das três, quero dizer que eu acho muito difícil, por exemplo, o sistema proposto pelo Deputado Henrique Fontana, de que metade seria lista fechada e a outra metade continuaria como está, porque estaria aumentando em 100% a dificuldade de sermos eleitos no sistema que está deixando metade para os partidos elegerem quem eles quiserem.

Por último, a população nessas manifestações. Uma das coisas que todos os analistas ligados a universidades e políticos têm dito é que ela quis dizer que há uma crise de representatividade — não sei até que ponto —, que os Deputados que estão aí já não representam bem a população como um todo. Se eu instituir lista fechada, eu estou indo na contramão do que a população quer. A população quer um vínculo maior, diminuir o fosso entre eleitos e eleitores, e a lista fechada



aumenta esse fosso, deixando tudo para os partidos decidirem, o que fazer e o que escolher.

São essas colocações que eu submeto à análise de um colega que admiro tanto e cuja presença aqui entre nós tenho o prazer e o privilégio de compartilhar.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Obrigado, Deputado Mendes Thame.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Colbert Martins) - Muito obrigado, Deputado Antonio Carlos.

Concedo a palavra ao Deputado Marcelo Castro, que está inscrito. Logo em seguida, falará o Deputado Bonifácio de Andrada e, depois, o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Em primeiro lugar, quero cumprimentar a todos os presentes e pedir desculpas. Eu tinha obrigação de estar aqui antes do palestrante, pela admiração que tenho a ele, pela sua luta, pela sua história. Quarta-feira aqui — todos sabem — é um dia superatribulado, e hoje havia julgamento no Conselho de Ética. Eu faço parte do Conselho, estava obrigado a ficar lá; eu e o Deputado Ronaldo Benedet.

Quero dizer da satisfação, do prazer de ter o Ibsen aqui, como sempre, lúcido, brilhante, com colocações muito importantes, muito profundas, em defesa do nosso País, da melhoria das relações, da governabilidade e tudo o mais. Estamos com saudade, Ibsen!

Com o Ibsen nós travamos aqui algumas lutas. Ele foi meu Líder em duas grandes batalhas que nós fizemos aqui na Câmara. Uma é a do pré-sal, de que saímos vitoriosos parcialmente — está *sub judice* lá no Supremo Tribunal Federal; diz a Ministra Cármen Lúcia que o mensalão está nos atrapalhando, para ela submeter à decisão do Pleno —, e a outra foi a da reforma política, que nós enfrentamos juntos, sempre liderados por ele, e na qual até agora nós não chegamos a nada.

Inclusive, eu fui tomado de grande frustração porque, depois de 2 anos e tanto de audiências públicas, reuniões, debates, sugestões, discussões madrugada a dentro, os Líderes partidários simplesmente se reuniram e decidiram nem votar o projeto que nós havíamos elaborado durante 2 anos.



Essa foi a crítica que eu fiz e faço aos Líderes naquela oportunidade, porque eu achava que, se o projeto não era o ideal, se o projeto não era o que eles queriam, por que não emendar? Eu mesmo discordava do projeto. Eu tinha apresentado 12 emendas ao projeto. Eu não quero assim; quero assado. Vamos para a democracia, para o voto. Eu apresento a minha proposta. E vamos submetê-la à maioria. Infelizmente isso não aconteceu.

Com os movimentos populares, o nosso Presidente Henrique Eduardo Alves achou por bem constituir um grupo de trabalho com a representação de cada partido. Eu fui o indicado do PMDB e estou nesse grupo. Mas desde o primeiro dia, Ibsen, quando cheguei lá, eu disse logo: *“Esta é a última vez que eu participo de movimento de reforma política. Ou é agora ou o Brasil vai fazer sua reforma sem a minha participação, e não vou ficar com a consciência pesada. Vou considerar que a minha contribuição possível eu já dei. Se não chegarmos a um bom termo, paciência! Vou deixar os novos, que vêm aí, fazer a reforma”*.

Por que sou tão empenhado na reforma? Porque eu entendo que o nosso sistema, de tudo o que já vi — eu chego a dizer —, é o pior sistema eleitoral do mundo. Ele é um sistema desestimulador das boas práticas políticas. Essa é a maior crise que eu tenho com o nosso sistema eleitoral. Ele induz o candidato, o político a práticas não ortodoxas. Infelizmente o nosso sistema é indutor disso aí. É um sistema que eu diria corruptor, e acho que muitos compartilham desse meu ponto de vista. Então, por que a gente não muda isso?

Aqui nós temos um problema nuclear: as pessoas que votam são as pessoas que chegaram aqui por esse sistema. Então, talvez, Deputado Mendes Thame, tivesse sido sábia a opinião dos senhores, na época, de fazer uma reforma para vigorar lá para frente. Inclusive agora, nesse grupo de trabalho, uma das primeiras conversas que nós tivemos foi no sentido de fazermos a reforma para vigorar a partir de 2018, porque, se disséssemos que iria vigorar no próximo ano, 2014, nós temos certeza de que nós encontraríamos uma resistência muito maior do que a que nós estamos encontrando. E, botando para 2018, o camarada vai participar dessa de 2014, ele ainda fica com 4 anos para poder se adaptar ao novo sistema.

Eu tenho um amigo, Ibsen, que disse uma coisa que me marcou muito, quando eu falei aqui que o nosso sistema é corruptor. Ele disse: *“Olha, Marcelo,*



uma máxima na endocrinologia diz assim: só tem dois tipos de gordo, o que come muito e o mentiroso. E só tem dois tipos de político: o que tem caixa dois e o mentiroso". (Risos.) Eu disse: *"Rapaz, não é bem assim não!"* Ele disse: *"Não, vamos excetuar você, porque você está aqui na minha presença e tal"*. Então, é um sistema que termina...

O SR. IBSEN PINHEIRO - Dois tipos e você. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Então, eu faço tudo para que nós possamos fazer um sistema... E repito sempre as suas sábias palavras. O senhor me disse uma vez: *"Marcelo, a minha posição é a seguinte: essa ideia é boa, melhora? Melhora. Tem chance de ser aprovada? Tem. Então vamos em frente"*. Hoje o senhor repetiu isso, uma coisa que eu ando sempre repetindo. Então, estamos fazendo um esforço último para ver se melhoramos o nosso sistema eleitoral, para que não vejamos tanto desestímulo da sociedade.

Eu sei que é o que acontece comigo; acontece com todos que estão aqui. Quantas pessoas boas, preparadas, com espírito público, que gostariam de participar da vida pública da sua cidade, do seu Estado ou do seu País, e se sentem inibidas pelo sistema que nós temos! Quantas vezes nós ouvimos isso, Deputado Andrada, todos os dias da nossa vida, na campanha eleitoral: *"Ah, Fulano é um bom candidato, mas não vai eleito!" "Por que não vai eleito?" "Ah, não tem dinheiro!"* Pelo amor de Deus! Quer dizer, a gente vive num País em que os candidatos não são medidos pela sua capacidade, pelo seu caráter, pelo seu poder de ser bons administradores, mas principalmente pelo dinheiro. Eu não tenho o sonho de que no mundo capitalista o dinheiro não vá terminar sempre influenciando, mas a nossa luta, Ibsen, é para que influencie menos, não traga os escândalos que traz hoje.

Eu sempre cito o nome dessa pessoa — ele já deve estar com raiva de mim; coitado; eu não faço de propósito; é o exemplo mais ilustrativo que nós temos no Brasil —, o nosso Henrique Meirelles. Ele morava nos Estados Unidos, era Presidente do Banco de Boston, candidatou-se a Deputado Federal de Goiás. O que é que se poderia esperar de um estranho que chega e diz: *"Eu sou candidato"*? Que não tivesse sucesso eleitoral. Não! Não só teve como foi o mais votado de Goiás! E certamente não foi pelo bom português, porque ele nem conjuga bem os verbos, atrapalha-se nas locuções verbais. Foi eleito o mais votado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Colbert Martins) - Renunciou logo em seguida para ser Presidente do Banco Central.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Há muitos exemplos. Lá no Piauí nós temos o exemplo de um empresário que nunca teve nada com política, chegou lá, candidatou-se e foi o mais votado de novo.

Então, esses exemplos são um desestímulo. E temos que nos empenhar para fazer um sistema, não que ele vá diminuir, vá acabar com a influência do poder econômico, mas que pelo menos iniba um pouco, melhore, dê mais oportunidade aos outros que não têm esses mesmos meios econômicos. Acho que é um dos pontos mais negativos do nosso sistema eleitoral.

E é um desestímulo tão grande que uma pessoa que é política, como o Ibsen, que gosta de política, que vibra com a política, com a administração pública, deixa de ser candidato. Uma vez perguntaram a ele: *“Mas, Ibsen, você não quer mais ser Deputado?”* *“Não, Deputado eu quero. Eu não quero mais é ser candidato e me submeter a essas regras.”* (Risos.)

O SR. IBSEN PINHEIRO - Se tivesse o biônico era uma ideia. (Risos.)

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Então, é um sistema. O senhor é a prova viva de quanto esse sistema é desestimulador da vida pública sadia, decente, republicana.

Para concluir, eu vejo com muita simpatia — tenho dito isso nas minhas intervenções, nas palestras — essa proposta do nosso companheiro Mendes Thame. É uma proposta que não exige quórum qualificado, é lei ordinária. A proposta dele seria lei complementar, que passaria às Assembleias. Mas nós poderíamos fazer esses Distritos aqui mesmo em Brasília, o que melhoraria, aproximaria mais o eleitor do eleito, traria uma maior identidade...

O SR. IBSEN PINHEIRO - O dinheiro não teria o peso crucial que tem.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Não teria o preço crucial que tem, e a força da liderança seria muito mais forte. Quer dizer, uma coisa é eu ter voto. Eu sou do sul do Estado do Piauí, então tenho voto numa cidade lá do norte. O sujeito chega com dinheiro... Tudo é hipotético, isso não aconteceu na prática, não. Hipoteticamente, um candidato com dinheiro pode chegar lá e tomar o colégio eleitoral que votaria em mim. Mas para ele me tomar a minha cidade, as cidades



vizinhas e a minha base eleitoral, fica muito difícil. Não há como, porque há um vínculo, há uma liderança.

Então, isso daqui favoreceria, além de obrigar que todas as regiões do País tivessem representantes aqui em Brasília, sem ter a limitação do distrital puro, porque o distrital puro fica muito circunscrito. Seria um caminho intermediário entre o distrital e o sistema que nós temos hoje, um meio caminho. E, como é lei ordinária, ficaria mais fácil de a gente aprovar aqui na Câmara. É o que eu vejo com alguma chance, hoje, de a gente aprovar. Se bem que qualquer sistema eleitoral é difícil aprovar aqui na Câmara.

Eu fiz uma pesquisa recentemente e sugeri vários sistemas eleitorais. O que trouxe de resposta? Os Deputados Federais são contra todos os sistemas eleitorais. Bom, se são contra todos, são a favor do atual? Não, o atual é o que eles mais são contra. (*Risos.*) Então, o que vai dar no final?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Fica como está.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Vai terminar ficando como está.

Então, ou partimos para essa ideia do Mendes Thame, ou teríamos que conjugar dois ou três sistemas, para poder pegar a ideia de um, pegar a ideia de outro, pegar a ideia de mais outro e formar um sistema que fosse intermediário para podermos votar.

Dizendo isso, Ibsen, lamento que não esteja conosco aqui e o parabenizo — embora tenho pego o finalzinho da sua fala — pelo brilhantismo de sempre.

Obrigado.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Obrigado, Marcelo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Colbert Martins) - Com a palavra o Deputado Bonifácio de Andrada. Logo em seguida, falarão os Deputados Vanderlei Macris e Ronaldo Benedet.

O SR. DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA - Meu caro Colbert, Presidente da reunião, meu caro Ibsen, valorosa figura do Parlamento brasileiro que está aqui nos trazendo as suas observações, aliás, do mais alto quilate, eu vou ser muito rápido.

Quero apenas dizer o seguinte: eu sou a favor de uma reforma constitucional ampla. Temos que fazer uma revisão constitucional. Acho que essas crises todas



que estão acontecendo no Brasil decorrem do sistema constitucional que aí está: um sistema cheio de contradições e que não está de acordo com as exigências da nossa população. Reforma constitucional e reforma política não são feitas só com reforma eleitoral. A reforma eleitoral é um apêndice da reforma política. A reforma política é muito mais ampla.

Então, a primeira coisa são as relações dos Poderes da República. Nós estamos hoje assistindo, na realidade, a verdadeiros absurdos, a verdadeiros conflitos, que, aliás, estão inteiramente em desacordo com a tradição brasileira. O Supremo Tribunal Federal hoje em dia quer legislar, ainda agora vamos votar um estatuto do Judiciário, em que vamos dar ao Supremo Tribunal Federal atribuições administrativas para gerir todo o pessoal do Judiciário de todos os Estados do Brasil. Vamos votar agora, já deve estar sendo votado, e há uma pressão nas galerias que nenhuma Liderança consegue superar. O Estatuto dos Servidores do Judiciário será feito pelo Supremo Tribunal Federal.

A Constituição é clara — eu não quero entrar aqui em detalhes —, está lá escrito que nenhum membro do Congresso Nacional pode ser preso, só depois de cassado.

O SR. IBSEN PINHEIRO - De 53!

O SR. DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA - Isso está aí desde 1891, antes até, desde o Império: Deputado, representante do povo, não pode ser preso; só pode ser preso, depois de cassado. Até os governos militares faziam isso, cassavam primeiro e depois prendiam. O Deputado, enquanto era Deputado, não era preso.

Não preciso falar aqui sobre medida provisória, o pessoal não gosta de falar. A medida provisória é um absurdo contra o Parlamento. É um absurdo! O principal legislador, o principal congressista não é nenhum Congressista, é o Presidente da República. Ele é que faz. O mais grave é que ele é um congressista poderoso, porque nós aqui apresentamos um projeto de lei, que tem que passar pelas Comissões, tem que ser debatido, para depois ser votado. Mas o Presidente da República não, ele é um congressista poderoso, ele manda para cá o projeto dele, e de cara, vira lei. Vira lei e nem entra em discussão.



As Comissões criadas para debater as medidas provisórias praticamente não funcionam. E ainda, com um absurdo: são totalmente contrárias ao próprio texto constitucional. As medidas provisórias, ao contrário de seguirem a regra da produção legislativa de ter um assunto para cada proposição, vêm com centenas de assuntos. É uma coisa terrível, você olha lá e é uma porção de assuntos, desde assuntos que dizem respeito à matéria veterinária a assuntos que dizem respeito à matéria educacional, a assuntos que dizem respeito à matéria de segurança, tudo isso numa medida provisória só. É isso que está acontecendo.

O SR. IBSEN PINHEIRO - A proposta original ou o emendamento?

O SR. DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA - Não, o andamento hoje é assim.

O SR. IBSEN PINHEIRO - O emendamento.

O SR. DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA - É! Não, depois... A original não; a original tinha que ter um assunto só, porque isso está na Constituição, se eu não me engano, na Seção Do Processo Legislativo. Está claro que cada projeto só pode ter um assunto. Mas a medida provisória chega aqui, como um projeto do congressista Presidente da República, com centenas de assuntos, é discutida na comissão, é votada assim e não tem jeito de destacar nada, porque realmente o Governo tem força — o que é natural —, vota e empurra goela abaixo dos Deputados todas as medidas provisórias, totalmente em desacordo com a técnica legislativa. Então, é uma questão grave.

O Poder Executivo, eu não creio que ele tenha melhorado, não. O Poder Executivo hoje é de uma burocracia incrível — é de uma burocracia incrível! O homem comum passa apertado para conseguir qualquer medida de ordem administrativa, porque a burocracia é muito grande. E a tendência para um posicionamento autocrático, para soluções autocráticas, predomina em todos os setores da administração, porque é o que a gente sente. Há Ministérios em que os Ministros agem de maneira autocrática e não aceitam nenhuma espécie de sugestão. Eu conheço de perto o Ministério da Educação, a tal da autonomia universitária é uma balela que está na Constituição. Não existe nenhuma autonomia universitária nem nas estatais nem nas particulares.



Quanto à questão eleitoral, falou-se aí muito bem que é um problema muito sério. Aliás, há uma outra questão na questão eleitoral que é a Federação. Nós não temos Federação, meu caro Presidente Ibsen, nós temos um Estado unitário, com uma mentira de que aqui é Federação, República Federativa do Brasil. Nada disso, o Brasil é um Estado unitário.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Desde Thomé de Souza.

O SR. DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA - Desde Thomé de Souza, isso mesmo! Aqui, um Município — coitadinho do Município —, para conseguir qualquer espécie de verba, tem que vir a Brasília, bater no Palácio do Presidente da República e pedir essa verbazinha. E, quando chegam lá no Município, essas verbas são direcionadas.

Outro dia — achei muito interessante —, um Município de uma região muito fria, onde não há casos de dengue, recebeu 1 milhão de reais para combater a dengue. Mas não há dengue lá! O clima é muito frio naquele Município, não está na Região Norte, mas recebeu dinheiro para combater a dengue, e o Prefeito estava espantado: *"O que eu vou fazer com isso? E eu não posso usá-lo em outra área, só posso usar no combate à dengue. O clima aqui é muito frio, não é muito mais que 15 graus."*

O SR. DEPUTADO JOSÉ HUMBERTO - Teve Prefeito que já importou o mosquito... *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA - É verdade, a solução tem que ser esta.

De modo que não existe Federação. É um problema grave. Nós não temos Federação; temos um Estado unitário mentirosamente chamado de Federação. É um Estado unitário. Quem manda é o Presidente da República, com os Ministros federais, e os Estados, coitados, são federalistas, como diz um artigo de um homem ilustre, o Governador Anastasia, um homem sério e, aliás, um homem de pouca atividade política, mas um técnico da administração. Em artigo que saiu na *Folha de S.Paulo*, há cerca de 1 ou 2 meses, fez críticas à Federação brasileira — ele, como Governador. É um documento precioso para se compreender essa hora da vida federativa brasileira. E ele é um homem sério; um homem sério que jamais escreveria se não sentisse o impulso de fazê-lo.



Outra questão grave que estamos enfrentando, meu caro, é o sistema eleitoral. Sem dúvida, o sistema eleitoral é um problema sério. O Deputado Marcelo falou muito bem: é uma mudança difícil, porque é um sistema que vem desde 45. Todos os Deputados são eleitos desde 45, de acordo com a lei de Agamenon Magalhães. Pernambucano muito ativo na atividade política, Agamenon Magalhães fez uma lei para fortalecer o partido dele, que era o PSD. E com isso conseguiu maioria em tudo, em todo o País. O PSD, na Constituinte de 46, dominava todo o País, por causa dessa lei eleitoral. Depois, em 55, houve uma mudança, e a lei melhorou um pouco. Em 55, a lei mudou um pouco, melhorou, e é o sistema hoje existente. Ele é, digamos assim, menos fortalecedor do partido majoritário e mais distribuído entre os demais. Mas hoje estamos vivendo esse sistema eleitoral e partidário.

Aliás, o Brasil tem sido, em matéria de partido político, realmente um País estranho. Vejam ali, perto do Rio Grande do Sul, na Argentina, todas as forças políticas argentinas têm uma história antiga: o partido radical, os peronistas... Nós aqui, não; aqui, cria-se e muda-se de partido de 10 em 10 anos. A República acabou com os partidos do Império; a Revolução de 30 acabou com os partidos da Primeira República; logo depois, em 37, apareceram novos partidos; com a chegada dos militares, acabaram com a UDN, o PSD e aquilo tudo; depois, em 79, se não me engano, também acabaram com os partidos. O poder público no Brasil é inimigo dos partidos. Então, resultado: nós não temos partidos. Esta é a situação — e uma das mais graves que temos no País: não ter partidos políticos. Os partidos políticos são todos muito deficientes. Esta é a situação.

Então, devemos marchar no sentido de uma reforma eleitoral, mas, primeiro, uma reforma eleitoral que venha a fortalecer os partidos. Hoje, por exemplo, nós não sabemos como é o funcionamento interno dos partidos. E as tais comissões provisórias? Na realidade, o que é a comissão provisória? A projeção do comando do partido. Não existem diretórios. Os diretórios e as comissões provisórias sofrem a intervenção do comando do partido e estão de acordo com os interesses e as tendências locais do comando geral do partido. É outro aspecto grave que tem que se pensar, uma solução brasileira para a questão eleitoral.



O SR. IBSEN PINHEIRO - Há partidos, no Rio Grande — eu sei —, que só têm comissões provisórias...

O SR. DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA - Só comissões provisórias...

O SR. IBSEN PINHEIRO - Não têm nenhum diretório municipal.

O SR. DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA - Ah, não tenho dúvida...

O SR. IBSEN PINHEIRO - Nenhum diretório.

O SR. DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA - E por que isso? Justamente para o chefe desse partido alterar, na hora em que quiser, as comissões, segundo os interesses locais da sua campanha eleitoral. Esta que é a situação.

A segurança pública no Brasil — a segurança interna e a segurança externa — é outra questão séria. Aí nós iríamos debater durante por muito tempo, mas é um problema sério que tem que ser pensado. O País tem que procurar a solução.

E acho estranho — vou falar isso rasgado aqui, porque o pessoal não gosta de falar — que haja umas polícias estaduais que têm, ao lado da polícia, a associação dos policiais. Então, a associação dos policiais tem um presidente, que é um coronel, ou um capitão, e ele é mais forte que o comando da própria polícia do Estado, porque ele faz greve, e o comando da polícia do Estado só pode dar ordens, uma ação de ordem disciplinar.

Este é um dos problemas sérios que estão por aí, entre outros muitos, nessa área, sem esquecer os atritos que ultimamente têm havido e que atingem um pouco as suas antigas atividades, quais sejam conflitos da Polícia com o Ministério Público, que cada vez aumentam mais. E na Comissão de Constituição e Justiça, da qual sou membro, a todo instante, vejo a presença dos *lobbies* dos dois lados.

Além disso, quero dizer o seguinte: a questão básica da vida social moderna, e não só política, chamam-se veículos de comunicação. Os meios de comunicação estão dentro das nossas casas, criam dificuldades para educar nossos filhos — no meu caso, os meus netos, ou os nossos netos — e fora de casa dominam inteiramente a opinião pública e o povo.

Toda essa agitação que está aí, no fundo, é fomentada pelos veículos de comunicação. E os veículos de comunicação estão vinculados aos grupos econômicos, ao Governo, ao poder público federal. E eles, veículos de



comunicação, criam um cenário às vezes virtual. O cenário virtual é um cenário que não existe, mas que passa a existir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Colbert Martins) - Para concluir, Deputado, por favor.

O SR. DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA - Vou terminar.

Para mim, esta é realmente uma questão muito séria que precisa ser superada: a questão dos veículos de comunicação.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Bonifácio, permita-me só uma breve observação? Nós temos um caso claro em nosso País de imprensa única. Nada é mais parecido com um grande jornal do que outro grande jornal.

O SR. DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA - Exatamente.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Imprensa única, a visão de Estado e a visão do modelo social em que nós vivemos é uma só.

O SR. DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA - Quero terminar e dizer isto: a essa altura da minha existência, com alguns mandatos parlamentares, como sabe V.Exa., que foi meu companheiro, eu sou adepto de uma ampla reforma constitucional e do fortalecimento dos partidos, porque democracia sem partido forte dificilmente pode prosperar.

Era isso, meu caro Presidente.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Muito obrigado, Deputado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Colbert Martins) - Com a palavra o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Quero cumprimentar o Colbert, os colegas Deputados e, em especial, o Ibsen.

Comecei minha vida política no MDB, fui fundador do PMDB e sou fundador do PSDB. Dos três Deputados do partido aqui, eu sou o novato. É o meu segundo mandato aqui, mas já tenho dez mandatos no total, com passagem de sete mandatos na Assembleia de São Paulo, inclusive na Presidência.

E quero dizer apenas que estou aqui porque sou seu fã de carteirinha. Se eu tivesse que indicar cinco nomes de políticos que admiro neste País o seu seria um deles. Então, vim aqui para ouvi-lo, porque sei que suas palavras são, com certeza,



sempre sábias. Anotei aqui as principais palavras que ouvi, para que eu possa me nortear no meu trabalho político nesta Casa.

O companheiro José Humberto acaba de fazer uma declaração muito vigorosa, a de que ele daria o seu mandato por uma mudança nesse processo. Eu até diria que me atrevo a caminhar na mesma direção. Depois de tanto tempo na vida política, eu fico um pouco frustrado em ver que as coisas aqui não acontecem.

Quanto à proposta do Deputado Marcelo sobre a questão levantada pelo Deputado Thame, eu acho que é um pouco a possibilidade real que nós temos de fazer algum tipo de mudança aqui, se é que ela seja possível. Caso contrário, eu fico com a sua tese, para concluir meu pensamento. Se a gente conseguisse neste momento estabelecer a proibição de coligações partidárias no proporcional já seria um grande avanço.

Aí entra aquela história da discussão: vamos fazê-la à frente. Mas se a fizermos à frente, temos que fazer com muita preocupação, porque já houve aqui, no Parlamento brasileiro, uma experiência nesse sentido, que foi a cláusula de barreira. Infelizmente, ela caiu por terra com a decisão do Supremo e acabou não acontecendo.

Mas eu fico com isso, quer dizer, se a gente tiver condições de fazer alguma coisa neste momento, no que eu acho que há um mínimo de consenso entre os partidos, é a proibição de coligações proporcionais. Essa seria, eu acho, uma boa medida para começar alguma coisa aqui, no Parlamento.

Era isso. Quero deixar um grande abraço ao Ibsen, com quem tive oportunidade de conviver no seu último mandato aqui, e foi o meu primeiro mandato. Foi uma alegria muito grande. Pena que não pude tê-lo nessa nova fase do Parlamento.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Obrigado, Vanderlei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Colbert Martins) - Muito obrigado.

Com a palavra o Deputado Ronaldo Benedet, o último inscrito para discutir.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Entrei na política aos 15 anos de idade no MDB — já tenho 57 —, filiei-me ao MDB com 19 anos de idade.

Quando fui candidato a Deputado Estadual, uma das minhas propostas de campanha era lutar por uma reforma política. Confesso que fiquei frustrado, porque



queria participar da Comissão, eu era Deputado novo e não pude, meu partido escolheu o Presidente da Comissão, que, depois, saiu do partido e não fez a reforma política.

Nosso sempre Deputado, nosso Líder, Ibsen Pinheiro, eu aprendi a conhecer os seus predicados, a sua competência, a ser admirado mesmo por conta do Luiz Henrique da Silveira, que foi nosso Governador e que é grande amigo seu; depois, passamos a participar de reuniões com o senhor, com o nosso ex-Ministro Jobim, trazendo teorias, discutindo ideias, que, eu acho, é o que o Parlamento tem que fazer.

Confesso que eu me sinto frustrado quando tenho que discutir emenda para entregar uma verba a um Prefeito, quando a primeira reforma política era para discutir... Em vez de fazer só a reforma eleitoral, a reforma política, também discutir o pacto federativo: de todos os tributos arrecadados no País, 30% para o Município, 30% para o Estado e 40% para a União. Em 10 anos vamos votar isso aí. Não precisa ser já, para desorganizar o Governo Federal. Se precisa de 15 anos, vamos fazer em 15 anos.

O Deputado Mendes Thame está correto: não podemos fazer uma mudança na Constituição agora, porque isso vai criar problemas muito sérios e fazer a transição não vai dar.

Primeiro, eu acho que falta para nós uma visão republicana. Nós temos a possibilidade de estar perpetuados no poder, porque nós temos a melhor estrutura, a melhor forma e acabamos nos perpetuando. Ora, nós fizemos uma proclamação da República para acabar com a monarquia que era a perpetuação do poder. E nós vamos continuar assim, se deixarmos a República como está. Nós temos que ter princípios de renovação; princípios de renovação do Legislativo, do Executivo. Enfim, são essas coisas que temos que aprimorar.

Então, o Estado brasileiro, no meu entendimento, precisa passar por uma reforma política, precisa de debates, mais do que estamos fazendo aqui. Porque a gente faz, o dia inteiro, da atividade parlamentar picuinhas, coisas menores que não eram para ser o nosso assunto. Nós estamos preocupados, todos os dias, com a questão eleitoral. Esta é a verdade.



Como disse aqui o Deputado Marcelo Castro, nosso Vice-Líder do PMDB, a Câmara tinha que fazer o que ele fez, mas de forma oficial. Ele fez uma pesquisa dentro do partido, e é preciso ver a surpresa do PMDB; primeiro, quanto o financiamento público de campanha, é a maioria do partido. Eu era totalmente contra o voto majoritário; hoje sou a favor, porque acho que a lista é o voto majoritário. O PMDB de Santa Catarina tem 16 vagas para Deputado e não vai lançar 16 candidatos. Ele tem 5, lançaria 6 ou 7 candidatos e vai buscar os mais votados. É a lista, e o cidadão vai votar no cidadão, mas já vai ver quantos votos o partido pode ter.

Nós estamos precisando lhe dar os parabéns aqui, Colbert, por esta discussão no Centro de Estudos e Debates Estratégicos, lugar onde podemos debater. Quem tem vontade que venha aqui, uma sala pequena, para debater. Isso era o que todos os Deputados deviam estar fazendo, porque a rua nos diz isso. A rua está insatisfeita, Deputado Bonifácio. Na verdade, ela não quer saber de um monte de coisa que nós estamos pensando em fazer; ela quer e entende que houve uma Constituinte, todo mundo ficou contente, houve uma mudança no Brasil em 1988, uma Constituinte, viemos para a democracia, mas saturou como qualquer material satura. Como é que se fala sobre um material saturado? Houve fadiga de material. Nós precisamos fazer isso, já se passaram 25 anos. E isso é cíclico, a sociedade é cíclica, a economia é cíclica e a política também. Nós temos que entender que a sociedade está pedindo por mudanças, e essas mudanças talvez não sejam o que estamos tentando responder porque estamos num faz de conta. Nós temos que responder, primeiro, ao que a sociedade brasileira precisa, o sentimento da sociedade, o que ela quer.

Na verdade, a motivação foi financeira. A inflação veio, não tinha mais aquele crescimento de quem passou da classe C para D, de D para C, enfim, e o cidadão ganhava mil e comprava mil. Agora, ele tem de gastar mil e cem, mas ele só ganha mil. No fundo, no fundo, toda revolta é financeira. A ditadura militar foi derrubada por questões financeiras também. No Brasil começou assim: as pessoas queriam mais e mais, não estavam satisfeitas e acabaram se movimentando. Por isso, o que move o mundo é a política e também, principalmente, a economia.



Então, entendo que nós precisamos pensar e sair daqui talvez com algo para ampliar o debate. Esse negócio de que só meia dúzia de Líderes discutem nesta Casa e decidem... São 513 Deputados que têm pensamentos, que não sejam os 513, mas 200, 250, 300 que queiram conversar sobre a política. Podemos começar, Colbert, com a cópia da pesquisa que fez o Marcelo Castro, no PMDB. V.Exas. vão ficar impressionados com o resultado, porque ele trouxe um sentimento. A pesquisa trouxe o resultado do que as pessoas sentem. Em cima daquilo ali, já se faz um projeto de lei, pega os 513 Deputados e traz.

Num sistema republicano, maioria é maioria. Não adianta querer fazer média. Ah, o partido é pequeno, coitadinho... Maioria é maioria, não adianta. Não vamos governar agradando a todos.

Então, estou satisfeito com isso, mas eu acho que, primeiro, mais republicanos temos que ser. Vou dar um exemplo: eu confesso que, por pressão das ruas, nós fizemos uma trapalhada doutrinária na votação do voto aberto. Acho que voto aberto para cassar é transparente, tudo bem. Agora, voto aberto para veto? Nós estamos loucos, fazendo uma coisa dessas, rasgando a doutrina do Direito que originou a República.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Melhor dispensar a apreciação do veto.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Claro!

O SR. IBSEN PINHEIRO - O Presidente veta e publica.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - E se não tiver apreciação de veto, em voto secreto, que não tenha presidencialismo, porque, senão, é uma monarquia de novo, que de 8 em 8 anos muda as pessoas. Não é verdade? A garantia de reeleição sempre existe com o poder.

Outra coisa, a Presidenta Dilma, no meu entendimento, governa só pela metade; o resto, como o senhor falou, é a burocracia. Hoje, a República é Poder Legislativo forte, Executivo e Judiciário. Vou dizer uma coisa para os senhores: na minha avaliação, os que menos mandam hoje são esses três; os outros poderes que foram criados para controle, eles mandam e têm uma ditadura, a ponto de proibir certos encaminhamentos. Por exemplo, nós estamos com uma ferrovia federal no nosso Estado, uma obra do PAC, cuja licitação foi cancelada. Problemas burocráticos também atrasaram as obras da BR-101, no trecho entre o Rio Grande



do Sul e Santa Catarina, rodovia da qual depende o nosso Estado. O Brasil passa por lá, a logística do Rio Grande do Sul passa por Santa Catarina, e a burocracia atrasou essa obra por mais de 4 anos. Já era para estar pronta. Agora, está trancada de novo, porque a FUNAI manda nisso, o IBAMA obriga, e o Governo Federal não tem poder. O General Fraxe coloca uma questão verdadeira: o DNIT não tem mais poderes. Um engenheiro do Tribunal de Contas da União ganha mais do que o dobro do que um engenheiro do DNIT, que é a finalidade do País. O engenheiro que ganha a metade, vê o outro do controle e fala: *“Então, eu não faço a obra. É melhor eu não fazer do que fazer”*.

Então, o princípio republicano está sendo esfarelado talvez por controle, por causa da corrupção. Eu não tenho essa conta, mas vamos fazê-la. Quanto é que está custando a burocracia brasileira em custo operacional e em prejuízos...

O SR. IBSEN PINHEIRO - Uma informação modesta é que a máquina pública no Brasil custa 21% do PIB, 1 trilhão de reais.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - E quanto custa? Então, é isso. O Estado precisa pensar ou não? Estamos parando para pensar? Nós somos pagos como Deputados para votar o que é mandado para nós. Agora, não debatemos, não discutimos o custo, não precisa pensar. Nós estamos parando para pensar? Nós somos pagos como Deputados para votar o que é mandado para nós. Agora, nós não debatemos, não discutimos o custo do Brasil e se a República está sendo realmente exercida.

Eu vou concluir dizendo que a reforma eleitoral tem que haver, mas a reforma política é muito maior, e nós temos que começar a puxar isso dentro desta Casa. Fazer uma reforma eleitoral... Vamos fazer aqui uma pesquisa com 513 Deputados, vamos transformar isso numa lei e botar para votar.

Já falei do pacto federativo, já falei da pesquisa... O Brasil tem um monte de penduricalho, de lei, de coisa, de exigência de país de Primeiro Mundo. Nós não resolvemos ainda as nossas questões de saúde, de educação, de segurança pública, de desenvolvimento econômico de que o nosso País precisa. Depois poderemos nos dar ao luxo dessas coisas a mais de país de Primeiro Mundo, porque queremos exigir e colocar sempre as leis do a mais, da exigência da Suécia, da Suíça, da Alemanha, da França, dos Estados Unidos, do Brasil... E há esses



órgãos controladores que querem exigir, e aí não sobra dinheiro para a saúde, para a educação, para a segurança pública e para o crescimento, desenvolvimento econômico e emprego para todo o mundo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Colbert Martins) - Obrigado a V.Exa. Com a palavra o Deputado Ibsen Pinheiro.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Para me despedir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Colbert Martins) - Para ouvirmos V.Exa!

O SR. IBSEN PINHEIRO - Eu gostei muito da convivência, mas isso para mim não é novidade. Eu me sinto ligado a esta Casa profundamente. Foi certamente a experiência mais rica que eu tive das minhas vivências como representante do povo, especialmente como Deputado Federal, e pude perceber que ou o avanço passa por esta Casa, ou o risco do recuo será mais ou menos proporcional à possibilidade de avançar, porque se vier pela força, seja um golpe, seja uma baderna, seja uma revolução...

Eu me lembro de uma frase que eu rejeitei na juventude, mas em que a maturidade me fez pensar: será que Goethe não tinha razão quando disse que a injustiça é preferível à desordem? Idiota ele não era, porque talvez a desordem seja, no fim, a causa produtora de mais injustiça.

Então, a ordem institucional, se conseguíssemos preservá-la para aprimorá-la.... Quando eu digo que eu sou pessimista, eu pratico um ato também de otimismo de que alguma transformação se faça. Eu apoiaria a ideia do Deputado Mendes Thame, porque ela melhora o atual modelo sem uma mudança radical. Mas melhora! Como a extinção da coligação de legenda melhora também sem uma mudança radical. E a vantagem de propostas dessa natureza é que elas podem tornar-se viáveis.

O medo que eu tenho em relação a uma mudança agora para prazo longo é que o modelo piore a própria composição da Casa, e que ela não se sinta obrigada a manter essa mudança. Se fizermos uma mudança para 2022, quem nos garante que a Legislatura de 2018 não poderá querer acabar com ela? Ou então vamos enfrentar uma batalha judicial com que composição?



Eu tenho um exemplo desta semana do protagonismo que muitas instituições têm assumido na desproporção da harmonia e independência dos Poderes. Teve o mandato cassado, em Porto Alegre, na semana passada, um Vereador. Não é do nosso partido, e eu não o conheço pessoalmente, então não tenho nenhum envolvimento pessoal. Eu li o fundamento da perda do mandato. Ele prometeu, vejam, calçar e asfaltar algumas ruas num bairro e cumpriu a promessa. Aí o Tribunal entendeu, por 7 a 0, que isso foi captação de votos pelo uso do aparelho de Estado. Isto é, a construção de Brasília... Temos que rever a biografia de Juscelino. Construiu Brasília para quê? Para entrar para a história? Ou quem sabe Júlio Cesar só foi cônsul porque ganhou a Guerra da Gália?

Então, vejam que até aqui a ideia de perder mandato é por descumprir promessa. Agora, cumprir uma promessa... Onde é que está o limite? Eu não conheço bem os fatos, eu só li a sentença, eu só li o acórdão de que houve captação de voto porque ele prometeu e calçou.

Eu fico então me perguntando qual é o limite desse protagonismo.

Por isso, eu gostaria de terminar enfatizando o que eu disse no meio da minha manifestação. Eu tenho a plena convicção de que esta Casa é mais maltratada pelas suas virtudes do que pelos seus vícios. Eu não tenho um “viciômetro” nem um “virtudômetro”, mas vejo instituições cujos vícios têm o mesmo grau e não têm a mesma repercussão, não sofrem a mesma crítica e a mesma exposição.

Ontem um jornal da minha cidade deu como manchete o gasto de 31 Deputados gaúchos com a publicidade do seu mandato e traduziu o valor daquilo em casas, moradias. Mas poderia ter feito isso também com as despesas de publicidade do Governador. Poderia. E do Presidente, sem dúvida nenhuma.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Santa Catarina também fez isso.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Por isso é que eu digo que o que falta é isonomia, porque a cobertura do Poder Legislativo é extremamente hostil. E aí a gente se pergunta por quê. É má vontade? Não, não, não é má vontade. São aqueles que não querem fechar esta Casa, mas querem intimidá-la, mantê-la agachada, acossada.



As grandes transformações da história do nosso País, especialmente depois da Independência, aconteceram aqui — mais na Câmara ainda — desde a crise da abdicação, desde a crise da maioridade de D. Pedro II. Em 1850, já este Parlamento condenava o tráfico de escravos. Em 1850! Em 1870, ainda 20 anos antes da abolição, já havia o ventre livre! Em 1870! Então, avanços aconteceram pelo processo político, com todas as deformações que havia no sistema eleitoral do Império. Talvez só com a Lei Saraiva veio a aparecer o nosso período republicano mais rico, que foi o Segundo Reinado.

Então, o Bonifácio aponta uma coisa que é algo difícil de sustentar, mas que nós temos que perceber. Há um sistema dominante de uma visão única da sociedade e do Estado. E, vejam, eu recuo um pouco. Getúlio Vargas financiou, parece que com o Banco do Brasil, o *Última Hora*, do Samuel Wainer. Isso lhe custou muito caro, mas ele tinha uma voz divergente...

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - E *O Cruzeiro* também.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Também, com o Chateaubriand. Então, essa é uma questão que não está ao nosso alcance definir e muito menos resolver, mas pelo menos compreender. É o mínimo que nós podemos fazer: compreender.

Essa hipertrofia da questão ambiental não pode ser uma questão com esse grau de crucialidade, até porque há muitos cientistas com Prêmio Nobel que dizem que não há nenhuma indicação de que seja a atividade humana que está produzindo o aquecimento. Nenhuma! Porque gostaríamos que o homem tivesse esse poder. De fato, não o tem. No entanto, é o sentimento dominante, e você corre o risco de dizer isso e entrar em conflito com as pessoas, porque é um sentimento que se espalha como uma visão única do meio ambiente, do que é politicamente correto. Não dá para enfrentar isso. Acho que não dá. Eu acho que não dá para enfrentar, mas não dá para ignorar.

Eu quero agradecer mais uma vez a convivência que tivemos aqui, muito agradável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Colbert Martins) - Eu peço desculpas ao Deputado Alceu Moreira, pois eu não lhe ofereci a palavra. Devia tê-lo feito antes do Deputado Ibsen Pinheiro. Perdoe-me.



O SR. IBSEN PINHEIRO - Eu pensei que já tinha sido dispensado e já estava me levantando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Colbert Martins) - Ele mandou avisar aqui que queria falar e eu não o vi acenar. Perdoe-me.

Deputado Alceu Moreira, tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Queria dizer da tempestividade do debate e que lamento a impossibilidade de ouvir o Sr. Ibsen Pinheiro durante esta tarde. Certamente teria aprendido muito e melhorado a massa crítica com relação ao tema em debate.

É preciso que se diga algo. Nós estivemos desde o primeiro dia na Comissão de Reforma Eleitoral, que as pessoas apelidam de reforma política — tenho prazer em dizer isso. Aqui nesta Casa também há este vício: apelidar algo que não existe. A reforma política discutiria a estrutura do Estado, o exercício do Governo e o controle dele. Não estamos discutindo isso em nada, absolutamente nada. Então, não há nada de reforma política nisso, é um apelido. Esta é a primeira farsa: fazer discussão da reforma política quando não se quer mexer em nada que é importante, pode ser num cantinho só do sistema eleitoral.

Mesmo assim, é preciso perceber que esta Casa e a política no Brasil funcionam pelo poder de pagamento. Nós temos uma porção de Ministérios na Esplanada, mas quem manda mesmo é o da Fazenda, ele é que manda. E aqui nesta Casa, tudo acontece por poder de pagamento, a grande maioria. Portanto, quem se baseia por poder de pagamento tem extrema dificuldade em pensar no coletivo, e os grandes debates que interessam à vida nacional não estão nesta Casa. Os grandes debates têm que ser feitos com cérebro, e a grande maioria faz o debate com o intestino, que é uma parte ruim para pensar, certamente muito ruim. Não estamos conseguindo fazer esse debate.

É por isso que nós passamos meses fazendo debate da reforma política e, quando saímos ao corredor, um colega Deputado me encontra na rua, me pega pelo casaco, com um ar de bem informado e me diz o seguinte: *“Mas se houver financiamento público, não haverá caixa dois?”* Zé, tem lei de trânsito, e as pessoas morrem todo dia. A lei não é um impeditivo para 100% dos malfeitos; é, na verdade, um balizador de conduta.



Então, temos essa tristeza aqui, porque, depois de grandes debates, chegamos ao projeto... Quer dizer, dá uma olhadinha no projeto do Deputado Mendes Thame e tu vais perceber que o projeto dele, por mais singelo que seja, foi buscar a solução de viabilidade no Congresso. Aprove-se o que ele propôs, e imediatamente nós teremos um sistema eleitoral que melhorará muito o de hoje.

Eu ouvia muito do meu avô o seguinte: *“Meu filho, quanto tu quiseres fazer um coral, não compres jegue”*. *“Mas por quê, vô?”* *“Porque jegue nunca cantou.”* Bicho não canta, então não adianta comprar. *(Risos.)* Então, estamos querendo fazer uma reforma eleitoral para quem não quer reforma coisa nenhuma. O cidadão sai daqui dizendo que é politicamente correto e, quando chega a casa, conversa com o espelho e diz o seguinte: *“Mas eu cheguei aqui com todo aquele dinheiro com que me financiaram. Este ponto comercial que eu tenho aqui”* — que não é mandato; há uma grande parte aqui que não tem mandato, tem ponto comercial — *“está rendendo uma loucura, e os caras querem me tirar essa boquinha? De jeito nenhum!”* Então, não anda aqui.

Estou absolutamente convencido de que a reforma eleitoral só poderá acontecer se a pressão vier pela consciência das massas externas. Se a rua nos pressionar a fazê-la, ela acontecerá. O cidadão só votará contra ou a favor dela quando o seu mandato estiver em risco e quando ele perceber que o ponto comercial lhe pode ser tirado. Aí, vai haver reforma eleitoral. Senão, não vai haver reforma eleitoral aqui. O que há, na verdade, é um sorriso cínico dos ignorantes de propósito: *“Não quero saber para não me comprometer com isso”*. Não sabem nada. Fala-se com eles, e eles nunca sabem nada, absolutamente nada em todos os lugares a que se vai.

Para concluir, pois tenho outro compromisso, quero dizer que nós temos critérios os mais simples para eleger tudo na vida, desde a hora em que nos deitamos ou em que nos levantamos: para comprar TV, carro, critério para tudo. Só não há critério para fazer eleição e eleger pessoas. Quando o eleitor vai eleger, os critérios são os mais diversos possíveis, inclusive o do último favor. Pode-se imaginar que quem não é capaz de eleger um método que estabeleça critérios claros para se fazer eleição — principalmente estabelecendo: *“Vou eleger para*



quê?” Se a pessoa souber exatamente por que ela está elegendo, certamente vai ter um critério claro para construir seu voto.

Hoje não é assim. Vende-se Presidente da República como sabonete: bela embalagem. Passa-se a campanha presidencial inteira, com o País com um mundo de problemas, discutindo-se o aborto e, depois da eleição, nunca mais se discute aborto nem por um segundo, nunca mais.

Durante 3 meses, para eleger o Presidente da República, um projeto nacional para o País, o grande tema é o aborto. Três meses depois nenhum, nenhum... Por quê? Porque o homem capaz de vender sabonete queria anular o debate. Não era importante definir o que interessa. Ele, então, colocou o que não interessava no processo.

De qualquer maneira, Ibsen, posso ter certeza do seguinte: se nós não acreditarmos no que estamos fazendo, é melhor irmos embora. Então, eu tenho certeza absoluta de que, venha de onde vier, esta Casa não poderá continuar assim. E não me venha com a cantilena de que por causa das questões de natureza legal ou constitucional, não se pode fazer mudança para 2014.

Chegaram até a propor aqui um plebiscito, uma ideia luminosa: vai haver um plebiscito para se definir. Então, a mesma urna ia parir o meu mandato para Deputado Federal, no modelo velho, e o modelo novo para dizer o que é certo. Eu já nasceria da urna completamente deslegitimado. Completamente! *“Olha, o modelo que te elegeu é uma vergonha; o bom é esse que só vai vigorar em 2018.”* É como dar um grito na beira da mata e só ouvir o eco quatro anos depois. Isso não tem sentido nenhum, absolutamente nenhum.

Nós queremos modificação é para 2014. Já! É possível fazê-la. Abre-se a última semana de setembro, vota-se isso até 7 de outubro, vota-se — se se quiser votar, vota-se — e se elege no próximo ano no outro sistema. As modificações que são mais importantes estão claras para todos nós, são 5 ou 6 temas que são importantes. E nós temos condições de fazer isso.

Agradeço-te muito por ter vindo aqui. E tenho certeza de que este Parlamento ouviu muito mais um grito na galeria do que a consciência inexistente. Então, que gritem.

Obrigado.



O SR. IBSEN PINHEIRO - Muito bom, Alceu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Colbert Martins) - Muito obrigado.

Eu vou concluir, Deputado Ibsen, dizendo que a reunião de hoje tratou de uma das temáticas mais polêmicas da atualidade brasileira, a reforma política, debate iniciado desde a promulgação da Constituição de 88. Outra temática deste debate foi uma possível alteração do modelo de representação política do Poder Legislativo, hoje baseado na escolha individual dos representantes.

Antes, para concluir, digo que ontem a CCJ do Senado aprovou uma proposta do Senador Romero Jucá para reduzir custos de campanhas eleitorais e dar maior transparência aos gastos de campanha já nas próximas eleições. Essa proposta está sendo chamada de minirreforma, porém não aborda os principais pontos polêmicos do debate ocorrido aqui hoje.

Eu quero concluir agradecendo a presença ao Deputado Ibsen Pinheiro e dizendo, Deputado Ibsen, que saio daqui muito mais alegre do que cheguei. Vejo, como V.Sa. vê, uma perspectiva, uma possibilidade, pessoas que pensam. E tantas pessoas pensam, tantas pessoas têm qualidade de fazer proposições da melhor qualidade.

Lembro-me de que, há um mês, num debate no rádio, a repórter perguntou: *“É a mãe das reformas?”* Agora começaram a carimbar a reforma política de a mãe da reforma. E o sujeito insistia muito, e eu disse: *“Mas que mãe?”* Ele disse: *“É a mãe”*. Eu disse: *“É a mãe do campo de futebol?”* Ele disse: *“Não, não”*. Porque se for essa, nós não precisamos desse tipo de reforma. Essa mãe do campo de futebol não é o melhor exemplo que nós temos.

Mas, de qualquer forma, o que eu vejo aqui, e que V.Sa. traz no dia de hoje, é um alento muito grande das perspectivas, das propostas de pessoas, como V.Sa., Ibsen, que são pessoas extremamente importantes e necessárias nesse processo. Eu fico alegre.

O Deputado Ibsen, conversando comigo no plenário, dizia isto: ele foi um dos responsáveis pelo artigo da Constituição relativo ao Ministério Público. Ele mesmo dizia que faltou um contrabalanço porque hoje há excessos por falta de determinação na própria Constituição. O próprio Ibsen acabou de repetir isso.



O SR. IBSEN PINHEIRO - Eu não recuaria dos avanços, compartilharia a corresponsabilidade correspondente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Colbert Martins) - Foi exatamente isso que eu quis dizer.

Mas veja-se a qualidade que nós temos da representação que tivemos aqui. O importante é mostrar que é preciso e possível que isso seja corrigido neste momento.

Muito obrigado. Em nome do Presidente Inocêncio Oliveira, quero fazer um agradecimento a todos pela presença numa sessão muito concorrida e agradecer ao Secretário Luiz Henrique Castelli e a todos que compareceram a este debate.

Estou pedindo à Secretaria do Centro que faça a impressão da sua apresentação da forma mais rápida possível, porque entendemos que ela é uma contribuição muito importante para o debate neste momento. Então, vamos pedir à nossa Secretaria que agilize da forma possível para que nós distribuamos essa sua palestra, a fim de que ela possa servir como base das mudanças que será possível implementar.

Agradecendo a todos, declaro encerrada esta sessão.